

América Latina: questões de fundo



Publicación internacional de análisis y opinión de la Agencia Latinoamericana de Información

ISSN No. 1390-1230

Director: Osvaldo León

ALAI: Dirección postal
Casilla 17-12-877, Quito, Ecuador

Sede en Ecuador
Av. 12 de Octubre N18-24 y Patria,
Of. 503, Quito-Ecuador
Telf: (593-2) 2528716 - 2505074
Fax: (593-2) 2505073

URL: <http://alainet.org>

Redacción:
info@alainet.org

Suscripciones y publicidad:
alaiadmin@alainet.org

ALAI es una agencia informativa, sin fines de lucro, constituida en 1976 en la Provincia de Quebec, Canadá.

Las informaciones contenidas en esta publicación pueden ser reproducidas a condición de que se mencione debidamente la fuente y se haga llegar una copia a la Redacción.

Las opiniones vertidas en los artículos firmados son de estricta responsabilidad de sus autores y no reflejan necesariamente el pensamiento de ALAI.

Suscripción versión impresa (10 números anuales)

	Individual	Institucional
Ecuador*	US\$ 34	US\$ 40
A. Latina	US\$ 60	US\$ 80
Otros países	US\$ 75	US\$ 140

* incluye IVA

Cómo suscribirse:

www.alainet.org/revista.phtml
se aceptan pagos por Internet

América Latina: questões de fundo

- 1 Disputa de sentidos em tempo de mudanças
Osvaldo León
- 3 A unidade latino-americana como projeto histórico
Monica Bruckmann
- 8 Integração e a Arquitetura financeira no tempo
Oscar Ugarteche
- 13 Ayotzinapa, símbolo da organização social do século XXI
Ana Esther Ceceña
- 17 Soberania e governança digital
Sally Burch
- 22 A disputa pelo Atlântico Sul
Raúl Zibechi
- 25 Impasses dos governos progressistas
Frei Betto
- 29 O que as eleições do Brasil confirmam e desmentem?
Emir Sader
- 32 Alternativas antipatriarcais
Irene León
- 34 Desafios organizativos
João Pedro Stedile
- 37 A mudança climática vista do sul
Eduardo Tamayo G.
- 42 A juventude, presente e futuro para a salvação do planeta
Julio Fermín

Disputa de sentidos em tempo de mudanças

Oswaldo Leon

Em um inusitado ato de sinceridade, pouco antes das eleições de 2010, a ex-presidente da Associação de imprensa nacional do Brasil e executiva da Folha de São Paulo, Judith Brito, reconheceu que “meios de comunicação estão fazendo de fato a posição oposicionista deste país, já que a oposição está profundamente fragilizada”¹. Dando a deixa para que se fale no Partido da Imprensa Golpista (PIG).

Após a última eleição esta expressão perdeu o sentido, diz Luciano Martins Costa, porque “ao exagerar na manipulação de fatos reais, factoides, declarações e boatos, as grandes emissoras, os principais jornais e as revistas informativas de maior circulação avacalharam o próprio conceito de partido político. A imprensa se coloca acima das agremiações partidárias, e agora confronta diretamente os poderes republicanos, sem intermediários.”².

Lembrando o papel decisivo desempenhado pelos meios de comunicação na construção do discurso unificante das oposições e na desestabilização do governo de João Goulart, que culminou com o golpe de estado em 1º de abril de 1964, Roberto Amaral destaca: “Nos nossos dias, a imprensa transformou-se no principal partido da oposição (...) Está à vista o conluio entre a direita partidária e os meios de comunicação visando à desestabilização do governo, na tentativa, quase desesperada, de criar clima emocional para o pleito do *impeachment* pois, a partir dele, todas as cartas podem ser jogadas”³.

Esta breve referência ao último processo eleitoral brasileiro é porque este está mais fresco, pois com palavras a mais ou a menos, exprime uma das marcas constantes na região como parte de ações permanentes de desestabilização de processos que enfrentam e incomodam Washington, na medida em que o Império, nas redefinições para preservar o domínio unipolar, pôs em prática a chamada “guerra da quarta geração”, que estabelece como um dos temas centrais o campo da comunicação.

Ou seja, uma redefinição dos fundamentos do tradicional confronto militar em termos de guerra permanente, “domínio de espectro total”⁴, que incorpora o controle social, basicamente com manipulação informativa e ações psicossociais, a fim de ganhar as mentes e os corações das pessoas.

Nesta linha cabe, precisamente a carta dos “golpes suaves” sistematizada pelo politólogo americano, fundador da ONG Albert Einstein, Gene Sharp, que visa promover a “mudança de regime” com uma velocidade de “cores”, no qual o ingrediente chave é o uso da Internet e as denominadas redes sociais. Assim, que o que alguns chamaram de “primavera árabe”, outros optaram pela fórmula “Revolução do Facebook” ou “Twitter” e “2.0”.

1 O Globo, 18/03/2010

2 *Sociedade e poder, uma ruptura* - http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/sociedade_e_poder_uma_ruptura/

3 *A imprensa como principal partido de oposição* - <http://www.cartacapital.com.br/politica/a-imprensa-como-o-principal-partido-da-oposicao-5013.html>

4 Ver: Ana Esther Ceceña, os golpes de espectro total - <http://alainet.org/active/73900>



Os processos de integração na mira

Como bons promotores são do livre mercado, o mínimo que se poderia esperar é que entre os meios empresariais hegemônicos compitam entre si, mas a teimosa realidade nos mostra que elas agem como uma fraternidade articulada por fins e interesses comuns, com vinculações orgânicas aos poderes fáticos. Na verdade se tem configurado um poder mediático que possui não só suas grandes maquinarias, com seus recursos milionários e coisas do tipo, mas acima de tudo, com estratégias claras, sistematizadas e inclusive comprovadas em outros cenários internacionais onde operou a “mudança de regime”.

Ou seja, perfis que se encaixam como anel ao dedo para colocar-se à frente das forças de oposição. Como de fato estão fazendo em seus respectivos países e também contra processos que levam à integração regional como uma alternativa histórica, como é o caso da Alba (Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América), da Unasul (União de Nações Sul-Americanas) e Celac (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos).

Embora seja evidente que as próprias ideias de integração estão em disputa, não são os espaços de debate que se encontram na mídia cartelizada, mas a força dessa monumental afinção de vozes que têm como campanha permanente, coberta de estigmatizações e desqualificações para gerar dúvidas sobre o sentido, a oportunidade e a viabilidade dos processos integracionistas, com ataques diretos e indiretos a seus protagonistas.

A tal ponto que não fazem a mínima referência a uma pergunta-chave: quando “segurança coletiva é um perigo muito sério e o mundo está caminhando para um caos global”⁵, nos processos de integração se estabeleceu um compromisso comum: preservar a América Latina e o Caribe como **Zona de Paz**. O que não implica cruzar os braços, já que no caso da Unasul, por exemplo, para enfrentar a militarização do espaço cibernético e a guerra cibernética incorporou em sua agenda questões a ciberdefesa e cibersegurança.

Em todo caso, a nosso ver, continua a ser uma definição de tarefa pendente de uma definição política comunicacional que leve em conta uma questão substantiva: a integração dos povos, que certamente também passam pela participação da sociedade e suas expressões nos processos integracionistas, como condição inevitável para a sustentabilidade destes.

Nesta perspectiva se insere a constituição do Fórum de Comunicação para a Integração da NuestrAmérica, com a participação de organizações e movimentos sociais, bem como mídia alternativa e meios de comunicação, como espaço de confluência em construção. Ou seja, aberto para outros atores que compartilham os mesmos princípios e objetivos, assumindo que é necessário reforçar a integração com a convergência de meios e jornalistas, mundo acadêmico, parlamentares, movimentos sociais e políticos.

Como fundamentalmente se trata de afirmar e fortalecer o protagonismo popular nas dinâmicas nacionais e de integração regional e global como premissa para avançar a “um outro mundo que é possível e necessário”, uma das tarefas tem a ver como desafio de localizar claramente o momento e as tendências em curso como requisito para potencializar as condições favoráveis e necessárias orientadas a vivificar a capacidade organizativa e de ação que tal protagonismo requer.

Com esta linha que orientou o trabalho informativo e comunicacional da ALAI no decurso dos anos, agora chegamos ao emblemático número de 500 edições da *América Latina em Movimento*, com uma preocupação central: olhar as questões de fundo.

*Tradução: Thiago Piana Ramos (Coletivo Chasqui)

**Revisão: Vitor Taveira (Coletivo Chasqui)

5 Atilio Boron, Putin: um discurso histórico - <http://alainet.org/active/79057>

A unidade latino-americana como projeto histórico

Monica Bruckmann

A conjuntura latino-americana contemporânea é marcada por grandes avanços nos projetos e processos da integração regional. Nunca antes na história a região teve uma densidade diplomática tão dinâmica e um conjunto tão amplo e diverso de mecanismos do intercâmbio e ação política conjunta. À dinâmica complexa da integração das nações, acompanha também a integração dos povos e dos movimentos populares, com um crescente poder de pressão social e de participação na elaboração das políticas públicas que refletem a afirmação do movimento democrático. Neste contexto, um princípio que adquire cada vez maior centralidade é o da soberania, como a capacidade de autodeterminação dos Estados, das nações, dos povos e das comunidades.

O debate atual em torno da integração regional e de suas perspectivas tem os fortes antecedentes que mostram a profundidade da unidade latino-americana como projeto histórico. Sem nos deter em um desenvolvimento mais extensivo destes antecedentes, buscaremos apresentar alguns exemplos do que constituem as bases doutrinárias do processo atual de integração regional. Este enfoque mostra, sobretudo, os limites de uma tentativa de converter este processo de integração em um simples intercâmbio comercial.

Integração regional e projeto estratégico

A geopolítica da integração regional latino-americana está profundamente impactada por uma disputa de interesses entre o projeto hegemônico dos Estados Unidos, expressado em uma estratégia complexa de dominação e apropriação dos recursos naturais considerados “vitais”, o que converte o acesso a estes recursos, que se encontram fundamentalmente fora do território continental e ultramarino dos Estados Unidos, num assunto de “segurança nacional” para este país. Por outro lado, desenvolvem-se processos de integração regional herdeiros das lutas continentais pela independência durante o século XIX, que encontram na renovação do bolivarianismo um projeto de afirmação soberana que tem avançado e se aprofundado durante os últimos anos.

Não obstante, o fortalecimento da integração regional exige uma nova visão estratégica elaborada a partir de uma discussão ampla sobre a dinâmica e as tendências do sistema mundial, a emergência de novas potências a nível global, o desenvolvimento de uma visão geopolítica que articule os interesses em jogo e a conformação de novas territorialidades a partir de um amplo movimento social de “baixo para cima”. Este momento de elaboração do pensamento regional tem como desafios a construção de uma estratégia de reapropriação social dos recursos naturais e de sua gerência econômica e científica, que exige uma rediscussão profunda da própria noção de desenvolvimento, o conceito mesmo de soberania e a posição de América Latina na geopolítica mundial.

A análise das diversas dimensões que implica a disputa global pelos recursos naturais considerados estratégicos, requer um balanço da história mundial recente que tem na emergência da China no sistema

Monica Bruckmann é doutora em Ciência Política, professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Rio de Janeiro, Brasil. Diretora de investigação da Cátedra UNESCO sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável - REGGEN. Integrante do Conselho da ALAI.

mundial um aspecto fundamental. A nova centralidade da China na economia e na política mundial nos conduz a destacar a importância do enfoque de longa duração (desde a perspectiva Braudeliana) e dos processos civilizatórios na construção dos instrumentos teórico-metodológicos para a análise de conjuntura. Neste contexto, e desde um enfoque que se esforce em capturar a complexidade do mundo contemporâneo, a questão estratégica transcende amplamente o marco da política de segurança e de defesa nacional, porque se introduz na análise dos processos históricos de longa duração e na dimensão civilizatória das visões estratégicas.

América Latina tem em relação à China uma oportunidade histórica de desenvolver uma cooperação estratégica de longo prazo, orientada a quebrar a relação de dependência que marcou sua inserção no sistema mundial. Cabe à região aproveitar esta oportunidade ou reproduzir a lógica da dependência e a dinâmica de exportação de matérias primas de baixo valor agregado, que tem como base a lógica do chamado extrativismo, que é alheio a qualquer projeto nacional, restringe nosso horizonte econômico aos interesses das economias centrais e das empresas transnacionais que se constituem em agentes econômicos destes interesses.

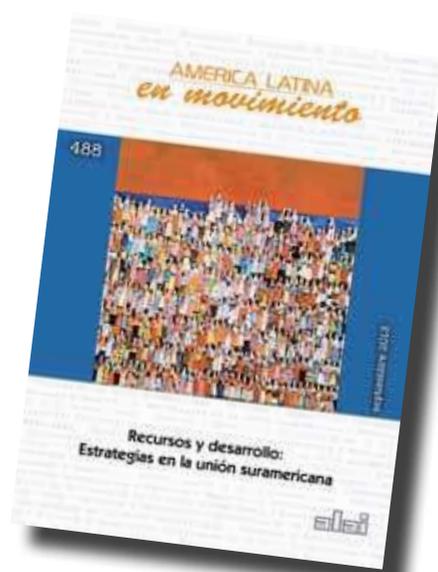
Da hegemonia unipolar à hegemonia compartilhada

Durante a última década, o debate teórico e político esteve profundamente marcado pela crise da hegemonia unipolar e pela configuração de um espaço global com hegemonia compartilhada, ou multipolar. A crescente importância econômica e política das potências emergentes, os chamados BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e, recentemente, África do Sul), coloca elementos novos para pensar a dinâmica econômica e política de um mundo multipolar, onde os processos e os projetos de integração regional se transformem em mecanismos necessários para a compartimentação do poder mundial e regional e para o fortalecimento dos projetos de desenvolvimento desde e para o sul.

A colaboração sul-sul encontra sua inspiração mais profunda na afirmação da luta anticolonial do terceiro mundo e no surgimento dos países não alinhados. A conferência de Bandung, celebrada em abril de 1955, significou um dos momentos mais importantes deste processo. Esta reunião, em que participaram 23 países asiáticos e 5 africanos, sustentou-se nos princípios da luta anticolonial e anti-imperialista, elaborando um chamado amplo de autodeterminação e desenvolvimento dos povos baseado na solidariedade e na cooperação econômica e cultural e buscando criar um espaço político independente em relação aos blocos militares e a confrontação entre os Estados Unidos e a União Soviética durante o período da Guerra Fria. O foco principal estava posto nas lutas nacionais pela independência, na erradicação da pobreza e no desenvolvimento econômico por meio de organizações regionais e políticas econômicas de cooperação entre os países de terceiro mundo.

O espírito de Bandung permitiu criar um amplo consenso entre os principais líderes e os povos da Ásia, África e América Latina em relação à afirmação da paz e os princípios de coexistência pacífica, em um momento em que o mundo viveu uma situação de extrema tensão e ameaça de guerra: a invasão a Guatemala organizada pelos Estados Unidos para derrubar o presidente Jacobo Árbenz, o deslocamento da sétima frota dos Estados Unidos para o mar da China, a substituição das tropas francesas por estadunidenses na região sul de Vietnã, após a derrota francesa em Dien Bien Phu em 1954 e a Guerra da Coreia (1950-1953).

Os cinco princípios da coexistência pacífica, propostos pelo

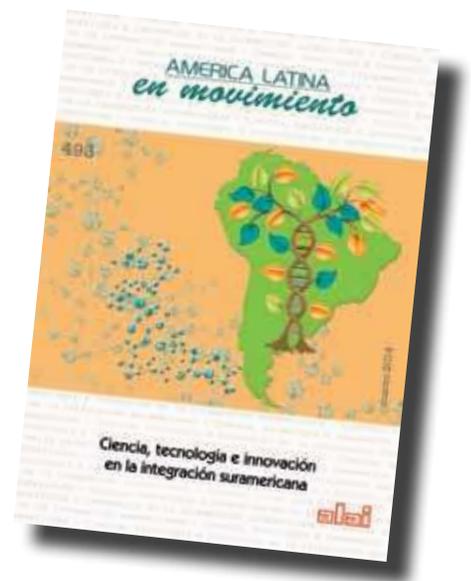


primeiro-ministro chinês Chou En-Lai e ratificados pelo Premier Hindu Jawaharlal Neru em 1954: não agressão, não intervenção nos assuntos internos de outros Estados, igualdade e vantagens mútuas e coexistência pacífica, foram assumidos pela conferência de Bandung como a parte dos dez princípios gerais, que incluíam:

- O respeito aos direitos fundamentais de acordo com a Carta da ONU de 1948;
- Respeito à soberania e à integridade territorial de todas as nações;
- Reconhecimento da igualdade de todas as raças e nações, sem importar o tamanho;
- Não intervenção e não ingerência nos assuntos internos de outros países;
- Respeito aos direitos de cada nação a defender-se, individual ou coletivamente, de acordo com a Carta da ONU;
- Rejeição a participar dos preparativos de defesa destinados a servir aos interesses particulares das superpotências;
- Abstenção de todo o ato ou ameaça de agressão ou uso de força de encontro à integridade territorial ou à independência política de outros países;
- Solução pacífica dos conflitos internacionais, de acordo com a Carta da ONU;
- Estímulo aos interesses mútuos de cooperação;
- Respeito à justiça e às obrigações internacionais.

O movimento dos não alinhados deu conteúdo diplomático, dentro das Nações Unidas, a suas linhas de ação. Sob a influência latino-americana se cria a *United Nations Conference on Trade and Development* - UNCTAD. Surgem também as expressões radicais da luta política revolucionária, como a organização Trilateral, que se cria em Havana, em 1973. A emergência de governos como de Velasco Alvarado no Peru, Juan José Torres na Bolívia, Omar Torrijos no Panamá, Salvador Allende no Chile, e o retorno de Perón na Argentina, conduzem iniciativas estatais que se expressam na transformação da ALALC em ALADI (Associação Latino-Americana de Integração). Se cria também o Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe (SELA) em 1975, destinado ao estudo da integração regional e à formulação de suas políticas. Não obstante, a organização interestatal mais forte se cria em 1960 com a Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Neste mesmo momento, a votação da “Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados”, em 1972, promovida pelo presidente mexicano Luís Echeverría, consagra os princípios do não-alinhamento nas Nações Unidas.

São várias iniciativas internacionais que formam parte desta ofensiva do Terceiro Mundo, que tem na vitória da revolução vietnamita e na liberação de Laos e Camboja uma epopeia da luta anti-imperialista mundial. A resposta do centro imperial a esta ofensiva começa a se articular em torno da formação da Comissão Trilateral (*Trilateral Commission*) em 1973, que reúne os Estados Unidos, a Europa e o Japão em uma estratégia de recuperação do poder mundial. Esta estratégia



alcançará seus resultados na década de 1980, durante os governos de Margaret Thatcher e de Ronald Reagan, e se expressa no estabelecimento da hegemonia do pensamento único que logra, inclusive, transformar o *Glasnost* e a *Perestroika*, iniciadas pelos soviéticos, na dissolução da União Soviética.

Durante a década de 1990 se iniciam fortes movimentos de reestruturação da ofensiva dos governos e movimentos do Terceiro Mundo, aquela que tem no sucesso econômico da China e de Índia e, em parte, de Brasil no começo do século XXI, uma busca de formas institucionais que expressem esta nova situação.

Se na década de 1970 se criou o Grupo dos 7 com os principais países desenvolvidos, na década de 2000, além da incorporação da Rússia, incluem-se vários países emergentes conformando o grupo dos 20. Consagra-se assim o princípio da hegemonia compartilhada como sucessor dos desastres causados pela política do unilateralismo que foi imposta com o governo de Bush filho.¹



O legado histórico das lutas do Terceiro Mundo se revela de grande utilidade para uma estratégia de afirmação de um sistema multipolar e para orientar, do ponto de vista estratégico, o processo de integração latino-americana e seu impacto na geopolítica mundial contemporânea.

América Latina e a construção da unidade continental

A América Latina vive neste momento um processo no qual a diplomacia regional adquire uma densidade até então desconhecida. Um conjunto de novas articulações se traduzem em instituições sub-regionais, regionais e continentais, que transformam o processo de integração em uma realidade complexa que involucra os chefes de Estado, ministérios de relações exteriores e várias outras agências nacionais, e que ao mesmo tempo é acompanhado de um processo da integração dos povos e dos movimentos sociais, incluindo os sindicatos e os movimentos camponeses e estudantis que já tinham uma certa tradição de integração regional.

No plano de ciências sociais, foi desenvolvido um processo crescente da integração regional com instituições novas de estudo, universidades e redes acadêmicas que permitem avançar até o estudo da problemática regional, fortalecendo uma visão de conjunto. Talvez alguns dos exemplos mais notáveis deste processo sejam o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), cuja a primeira sessão foi realizada em Lima, em 1968; ou a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), que é criada em 1954, no Chile, e logo se amplia para Argentina, México, Brasil, Equador e América Central.

No âmbito da investigação foi criado, após a Comissão Econômica para América Latina (Cepal), o Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE), no Chile (1957); a Escolatina, na área da economia (Chile); o Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social (ILPES); o Mestrado Latino-Americano em Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, no Brasil; o Conselho Universitário Superior Universitário Centro-Americano (CSUCA), que coordena as universidades desta sub-região; a Coordenação das Universidades do Cone Sul e, mais recentemente, o Fórum Universitário do Mercosul (FOMERCO) e a Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA), com sede na cidade de

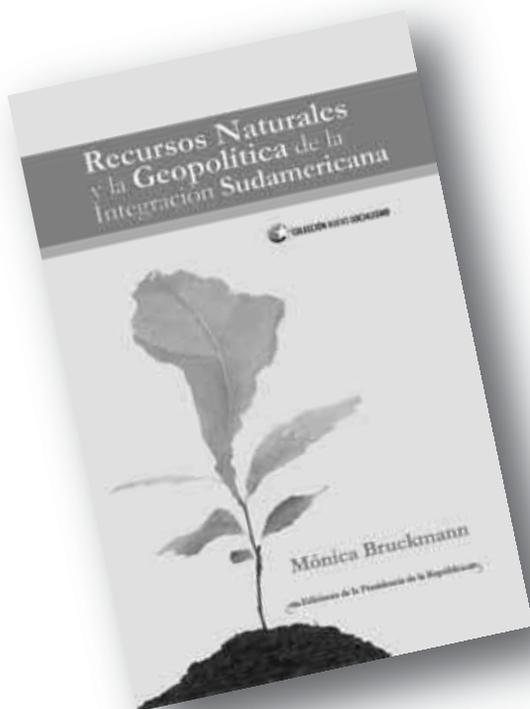
¹ Ver em SANTOS, Theotonio. *The future of geopolitical alignments*. Em: *The Ritsumeikan Journal of International Relations*, Kyoto, Vol 4, N° 3, março de 1992, P. 1-32. e Unipolaridade ou hegemonia compartilhada, em: *Os Impasses da globalização: Hegemonia e contra-hegemonia* (Vol. 1), Loyola: São Paulo, 2003, P. 46-106.

tríplice fronteira, Foz do Iguaçu (Brasil). Entre as diversas associações profissionais que se constituíram durante todas as últimas décadas se destacam a Associação de Economistas da América Latina e do Caribe (AEALC) e a Associação Latino-Americana de Sociologia (ASAS). Isto mostra que estão se criando condições para uma integração de longo prazo através de uma rede das instituições que permitem a cooperação e o intercâmbio em diversas áreas do conhecimento.

Um balanço histórico minimamente informado mostra a crescente densidade da integração regional, ao contrário do que sustentam os defensores do pan-americanismo, que desqualificam sistematicamente os avanços deste processo.

Os parlamentos latino-americanos do Mercosul, da Comunidade Andina, do Pacto Amazônico, são também mecanismos de ampliação do processo de integração. Este marco institucional crescente abre caminho para o debate sobre uma estratégia comum sul-americana e latino-americana, com possibilidade de converter-se em políticas concretas. O fortalecimento do Mercosul e a posterior criação da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA); o crescente impacto sub-regional da Comunidade e Mercado Comum do Caribe, que atualmente leva o nome de Comunidade do Caribe-Caricom e mais recentemente, a criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e da Comunidade dos Estados da América Latina e Caribe (CELAC), são expressão da crescente densidade e dinamismo da integração regional, ao contrário do que sustentam os defensores do pan-americanismo, que desqualificam sistematicamente os avanços deste processo e que persistem em suas tentativas de desestabilizar e debilitar um projeto histórico de unidade dos povos da região que se revela, em última instância, como um projeto histórico de longa duração.

*Tradução: Vitor Taveira (Coletivo Chasqui)



Recursos Naturales y la Geopolítica de la Integración Sudamericana

Monica Bruckmann

Integração e a Arquitetura financeira no tempo

Oscar Ugarteche

A integração e a autonomia da dinâmica econômica tem sido dois temas recorrentes na história republicana da América Latina. O presente texto tem por objetivo desenterrar a história da integração para que não se siga repetindo a falsidade de que foi concebida pela CEPAL¹ nos anos de 1950. Como será visto, nem foi concebido pela CEPAL nem tem como base teórica o trabalho da obra de Jacob Viner, de 1950.

Há duas formas de integração no continente americano, a regional e a pan-americana. A regional pretende agrupar economicamente os países para emancipá-los da dinâmica da economia maior do hemisfério e proporcionar-lhes a uma tônica própria a uma lógica de acumulação. A integração pan-americana, pretende recuperar para todos os países do hemisfério uma dinâmica sob égide dos Estados Unidos. As mais recentes iniciativas pan-americanas são expressadas nos tratados - Tratado Norte-Americano de Livre Comércio, Área de Livre Comércio das Américas, Sistema de Integração Centro-Americano e Aliança do Pacífico, que visam assegurar o mercado hemisférico para os Estados Unidos diante da concorrência da China e da Ásia em geral.

Desde sua concepção em 1815, a integração via união aduaneira sempre foi levantada como um projeto anti-imperialista. Para F. List e os alemães na década de 1820, foi contra os impérios húngaros, franceses, russos e britânicos. Para os sul-americanos de 1835, contra o imperialismo americano e britânico; para os americanos, 1889, contra o Império Britânico; para os sul-americanos de 1940, contra o imperialismo americano, etc.

As versões mais modernas do início do século XXI, seguem com as matrizes: a Aliança do Pacífico é pan-americana; a Comunidade Andina, o Mercosul e a Aliança Bolivariana para as Américas - ALBA, são regionalistas. O que define a integração como pan-americana é a preferência com os Estados Unidos (Tratados de Livre Comércio no século XXI) e o que a define como regionalista é a indiferença frente a qualquer polo econômico, em particular utilizando a agregação de mercados vizinhos. Outro aspecto teórico a se considerar, é se a integração é liberal ou se é mercantilista. As propostas da união aduaneira são lidas como mercantilistas enquanto que os tratados de livre comércio são lidos como liberais. Deste modo temos: 1) Pan-americanismo mercantilista, 2) Pan-americanismo liberal e 3) regionalismo

1 Siglas e abreviaturas utilizadas neste trabalho: CEPAL- Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e Caribe; NAFTA- Acordo norte-americano de Livre Comércio; ALCA- Acordo de Livre Comércio das Américas; SICA- Sistema de Integração Centro-Americana; ALBA- Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América; ACL ACL; MERCOSUL Mercado Comum do Sul; GATT- Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio; OMC- Organização Mundial do Comércio; CAN- Comunidade das Nações Andinas.

Oscar Ugarteche, economista peruano, é Coordenador do Observatório Econômico da América Latina (OBELA), Instituto de Pesquisa Econômica, UNAM, México - www.obela.org. Membro do SNI / CONACYT e presidente da ALAI.

mercantilista. Uma questão a ser explorada é: como é possível que durante 180 anos a integração econômica na América Latina sempre termine incompleta?

Pan-americanismo *versus* regionalismo, 1835-2014

Do ponto de vista regionalista, a integração é uma aspiração tão antiga na América Latina quanto a república. A primeira iniciativa de união aduaneira foi lançada pelo chileno Diego Portales em 1835, logo após a iniciativa de integração política lançada por Bolívar no Congresso *Anfictiônico* do Panamá em 1826. Empresário chileno que tinha vivido em Callao por anos após a independência, Portales mudou-se de volta para seu país de origem e lançou a ideia de uma união aduaneira para recuperar os fluxos de comércio inter-regional, que foram desviados para os Estados Unidos, o qual exportava açúcar, entre outros produtos, à costa do Pacífico na América do Sul, em concorrência com o Chile.

Sua ideia de uma união aduaneira americana, estava centrada num primeiro momento nos países Peru, Bolívia e Argentina, para obter sucesso na criação de uma base sólida produtiva, seguindo as diretrizes da união aduaneira dos Estados Germânicos (Zollverein), ideia fundacional de todas as uniões aduaneiras. Com uma fronteira externa comum e sem nenhuma fronteira interna, estes quatro países teriam taxas comuns e repartiriam seus rendimentos aduaneiros pelo peso populacional de cada país. O mercado ampliado permitiria um desenvolvimento industrial que seria facilitado pela coordenação das leis mercantis e as polícias, se seguissem a força de trabalho alemão.

Para Portales, este era um mecanismo de desenvolvimento e um instrumento político para desativar a Confederação Peru-Boliviana, liberal, que Santa Cruz tentava lançar.

Em 1840, Alejandro Alberdi chegou à cidade de Valparaíso, exilado por Juan Manuel de Rosas presidente da Argentina durante os anos de 1835-1852, com a ideia de organizar uma conferência semelhante a conferência de Viena de 1820, para definir as fronteiras da América do Sul e iniciar o processo de unificação econômica. Esta ideia foi lançada em sua tese de revalidação de direito de exercer a advocacia no Chile. Publicada em 1841, a ideia caiu no esquecimento, já que nenhum governo estava em condições de receber a iniciativa.

Do ponto de vista oposto, o pan-americano, o secretário de Estado Blaine propôs de fazer uma primeira conferência pan-americana para discutir a criação de uma União das Repúblicas Americanas em 1881, seria uma união aduaneira continental. Foi só em 1889 que foi realizada a Primeira Conferência Pan-Americana em Washington, com a agenda tripla de criar uma união aduaneira pan-americana, que incorporaria todos os países do hemisfério, sob a égide dos Estados Unidos; introduzir aspectos políticos e militares e, finalmente, fazer concorrência aberta do Império Britânico por sua hegemonia na região. É a história quase textual da ALCA.

O monetário, 1891

Após a Primeira Conferência Pan-Americana ocorreu a primeira conferência monetária, na qual os Estados Unidos de forma audaz propuseram uma moeda única de prata para todo o hemisfério, seguindo os princípios da União Latina de 1867 acordado entre os países latino-europeus. Martí em relação a esta proposta, disse “Quando o principal obstáculo ao reconhecimento e padronização da moeda de prata é o medo do excesso de produção nos Estados Unidos e o valor fictício que os Estados Unidos podem dar através de sua legislação, pois tudo que aumenta é prejudicial para a prata. O futuro da moeda de prata está na moderação dos seus produtores. Forçá-la é desvalorizá-la.”²

2 JOSE MARTI: The Monetary Conference of the American Republics (1891) http://www.democraticunderground.com/discuss/duboard.php?az=view_all&address=405x13641

Sem qualquer apoio, a noção de uma moeda única para o hemisfério desapareceu e o que é visto no final do século XX é que no hemisfério ocidental existem três países que usam o dólar como moeda nacional, o que geograficamente é uma exceção para o resto do mundo onde somente territórios Estadunidenses e algumas ilhas britânicas do Caribe utilizam esta moeda. Isso poderia ser considerado como a extensão prática da ideia de 1890.

Os tempos modernos, 1909-1940

Alejandro Bunge, um economista argentino que havia estudado em Saxônia no fim do século XIX, em 1909 apresentaria em Mannheim a ideia de fazer uma união aduaneira sul-americana para impulsionar a indústria. Bunge tinha sido influenciado pela escola historicista Alemã e de List, em particular. A proposta seria em relação ao Rio da Prata, e alcançando o Brasil e Chile. É a fundação do que hoje, é o MERCOSUL, com exceção da participação do Chile. Bunge, editor da revista *La Economía Argentina*, entre os anos de 1918 e 1943, foi um empresário criador do sistema de estatísticas nacionais, e promoveu a ideia de uma União Aduaneira Sul-Americana, em 1926, com a ajuda de Guillermo Subercaseaux, três vezes ministro da fazenda do Chile, e Eliodoro Yáñez, proprietário do jornal *La Nación*, e político do Partido Liberal do Chile.

Os três foram influenciados pelas declarações da Liga das Nações a respeito da formação de uma União Europeia e encontravam-se muito chocados com a revolução do transporte aéreo, que havia reduzido o tempo de viagem para uma fração do que era até então. O mundo havia encolhido e eles notavam a necessidade de remover as barreiras entre os vizinhos.

Em Viena, ocorreu a primeira conferência pan-europeia, com representantes de 24 países, sob a liderança do Conde Coudenhove-Kalergi. Esta ideia foi expressa por Aristide Briand, em seguida, em 1929, como presidente da Liga das Nações e foi inspirador para os integracionistas americanos.

Yáñez afirma que a Europa tende a ir em direção a um Estados Unidos da Europa, e que a Grã-Bretanha formará um espaço comum com suas colônias, e Ásia buscará com o Japão. Isso deixa a América Latina em uma posição para encontrar algum mecanismo já que os Estados Unidos se tornou um espaço comum

AMERICA LATINA *en movimiento*

La crisis compleja

No. 483, marzo de 2013

Oscar Ugarteche, Francisco Aguayo, Jayati Ghosh, Enrique Casáis Padilla, Jorge Gaggero, Teivo Teivainen, Carlos Welti, Imelda Vega-Centeno B.



sem tarifas internas e moeda única. O pensamento de Benjamin Franklin, “juntar-se ou morrer”, prevalece nesses três economistas da América do Sul na década de 1920.

A União Aduaneira do Sul, 1941-1944

A evolução das ideias de Bunge e seus parceiros chilenos ganharam força na medida em que o Brasil foi incorporado ao plano em 1940, com o presidente Roberto Ortiz da Argentina. Do dia 27 janeiro até 6 fevereiro de 1941, países membros do Rio da Prata foram convocados para uma conferência em Montevideo destinada a discutir a integração econômica e facilitação do comércio inter-regional ante o surgimento da guerra mundial e seus efeitos sobre o comércio internacional.

Após a conferência, foi assinado conjuntamente uma carta de intenções. Entre os acordos que emergiram da conferência estão a navegabilidade dos rios, o direito de livre movimento e de previsão de crescimento, e foi recomendado que os participantes estudassem a possibilidade de criar uma união aduaneira entre si. Os países que estavam presentes - Bolívia, Paraguai, Brasil, Uruguai e Argentina - pertencentes a Bacia da Prata, além de Chile, Peru e Estados Unidos. A parte fluvial seria ratificada em Brasília no dia 23 de abril de 1969, na chamada Primeira Reunião Extraordinária de Ministros dos Negócios Estrangeiros, onde se firmou o Tratado da Bacia do Prata para fortalecer e institucionalizar o sistema. Em termos financeiros, foi criado o Fundo Financeiro para Desenvolvimento do Prata, FONPLATA.

O fim da União Aduaneira Sul e Bretton Woods, 1944

A ideia da união aduaneira era de que os tratados fossem formalizados bilateralmente, assim foi assinado o primeiro tratado de união aduaneira entre Argentina e Brasil em 21 de novembro 1941 e Chile em 24 de agosto de 1943. De fato, começou a operar com escritórios em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, onde se registraram os novos produtos que seriam incluídos, porque é um mecanismo explícito de criação de comércio. O impulso desta iniciativa, pioneira do Mercosul, terminou em maio de 1944, um mês e meio antes do início da conferência de Bretton Woods, quando os Estados Unidos disseram na conferência do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral, que os países da América só poderiam estabelecer uniões aduaneira sob as seguintes condições:

Os impostos e as restrições ao comércio entre os países da União devem ser eliminados de imediato;

Se dois ou mais governos americanos decidirem estabelecer uma união aduaneira, deve informar todos os outros países para ver se eles querem se unir.

Com estas duas condições, se perfura o propósito de criar um espaço comum entre os países vizinhos, que não incluiria os Estados Unidos, e, portanto, permitiria o desenvolvimento produtivo da área sem a concorrência de uma economia mais desenvolvida.

A implicação da visão territorial dos EUA que permanece, é que nada acontece no hemisfério sem a sua participação. A segunda é que a ordem liberal estabelecida após o fim da Segunda Guerra Mundial através da IFI, incluindo o *Acordo Geral* sobre Tarifas e Comércio - GATT e a Organização Mundial de Comércio, tornou-se mais difundida na América Latina, enquanto que em outras regiões do mundo tem sido menos radical. Esta é a razão teórica para a oposição central que têm as ideias lançadas por Prebisch, em 1959, de um mercado comum latino-americano, e mais anteriormente, em 1958, a do mercado comum da América Central que também se opõe ao Pacto Andino em 1969.

O motivo de seu acontecimento em maio de 1944, era o de estabelecer as bases para a Conferência de Bretton Woods, prevista para julho, onde iria organizar o sistema econômico multilateral das nações unidas para a paz, para o relançamento da economia mundial no final da guerra, sobre bases liberais. Isso iria incluir um fundo de estabilização monetária internacional (FMI), um banco para a reconstrução

da Europa e do Japão (Banco Mundial) e uma organização de comércio internacional (OMC), os quais seriam imersos em pensamento liberal, para citar Ruggie.

Em 1945, os Estados Unidos pressionaram a Grã-Bretanha a desarticular o sistema de preferências da união aduaneira imperial, estabelecida na Conferência de Ottawa, em 1932, usando os mesmos argumentos, terminando com ela e com a zona esterlina.

Além disso, desde 1835 até atualmente, diversas iniciativas de integração têm sido levantadas na América Latina e todas foram interrompidas. As propostas pan-americanistas e regionalistas; mercantilistas e liberais, têm sido freadas por processos políticos de acusação sobre imperialismo/anti-imperialismo e de acusação teórica de protecionismo *versus* liberalismo. A mais recente, foi o enterro da ALCA em Mar del Plata em 2005, frente a acusação de ser imperialista e liberal, pelos países membros do MERCOSUL.

A forma mais sutil do Poder travar esses processos é a mudança de paradigma do comércio global, como em 1944, com o anúncio da criação da Organização Mundial do Comércio sobre certas fundações liberais distintas das mercantilistas existentes no mundo de pré-guerra, porém colocados nesse momento pelo poder triunfante da II Guerra Mundial. Isto é repetido mais tarde, com o estabelecimento de acordos de livre comércio com os Estados Unidos em 1994, que envolveu a repartição das políticas de substituição de importações e integração derivada desta repartição, mediante a Comunidade Andina, sendo substituída pela Aliança do Pacífico (2011).

A Comunidade Andina é o único esquema de integração supranacional, análoga à Comunidade Europeia, com acordos de ligação entre todos os Estados membros e instituições para resolver disputas. Foi interrompida e quebrada quando os EUA lançaram em 1994 uma proposta de criação da ALCA mediante Tratados Bilaterais de Livre Comércio, introduzindo um liberalismo radical nos termos dos contratos. No protocolo de Trujillo, a Comunidade Andina apoiou a ideia, deixando seu antigo espírito mercantilista/regionalista (1969-1996). A ALBA e o Mercosul permanecem ativos e em processo de consolidação, sendo que o Mercosul pretende ser uma união aduaneira em 2019, se não for acusado de mercantilista para seus parceiros pan-americanos.

O enterro da história da integração entre 1830 e 1944, e o erro recorrente que a integração econômica foi uma iniciativa da CEPAL na década de 1950, parece ser a expressão de desacordo sobre o estilo de integração existente antes da publicação do livro Jacob Viner, de 1950, mais industrialista-mercantilista e menos liberal.

* O autor é grato ao Professor Antonio Gazol da Faculdade de Economia da UNAM, por suas contribuições bibliográficas, Dr. Alfredo Guerra Borges pelos seus manuscritos, Mariano Iglesias, diretor da Biblioteca do Banco Central da Argentina, Graciela Soifer, diretora da biblioteca ISEN do Ministério das Relações Exteriores da Argentina e Carlos Marichal, Leandro Morgenfeld, Marcelo Esteban Serrani por Rougier por orientá-lo na direção certa. O trabalho de coleta e leitura de materiais históricos da integração ocorreu em grande parte durante o ano sabático na Universidade de Newcastle, Reino Unido, patrocinado pela Fundação Santander e o DGAPA UNAM, no primeiro semestre de 2014.

**Tradução: Kássia Marques (Coletivo Chasqui)

***Revisão: Vitor Taveira (Coletivo Chasqui)

Ayotzinapa, símbolo da organização social do século XXI

Ana Esther Ceceña

*A Julio César Mondragón
In memoriam*

Ayotzinapa é hoje um símbolo, certamente de mau augúrio, das atrocidades a que o capitalismo contemporâneo dá lugar. Ayotzinapa é qualquer parte do mundo onde se levante uma voz dissidente, uma exigência, um signo da rebeldia ante a devastadora desapropriação e destruição nas quais se sustenta a acumulação de capital e as redes do poder que o sustentam.

Ayotzinapa é resultado de um conjunto de processos entrecruzados que, com maior ou menor densidade e visibilidade, são consubstanciais ao capitalismo do século XXI e que, dessa forma, não se limitam ao México, mas se espalham oculta ou escandalosamente a todo o globo.

O capitalismo do século XXI

A cada dia fica mais claro que o capitalismo de nossos tempos funciona como uma via de mão dupla. Por um lado, temos a sociedade formalmente reconhecida, com sua economia, seus modos de organização e confrontação e sua moralidade; por outro cresce aceleradamente uma sociedade paralela, com uma economia qualificada genericamente como ilegal, e com uma moralidade, modos de organização e mecanismos de disciplinamento muito diferentes.

Há lugares do mundo, como o México, onde a crise do neoliberalismo, além de provocar mudanças substanciais em sua posição na divisão internacional do trabalho, na definição de suas atividades produtivas e nas formas de utilização de seu território, geraram uma fratura social que tem se aprofundado com o tempo. Uma das questões centrais é que os jovens perderam espaço e perspectiva. Se esteve formando uma sociedade com pouca margem de absorção, e onde desapareciam as possibilidades de emprego ou incorporação e se anulavam os horizontes. Não havia espaço para muitos dos antigos trabalhadores, e muito menos para os recém-chegados. A geração X como a chamaram alguns, a que não sabe para onde vai porque não tem para onde ir. A nova fase de concentração capitalista fechava os espaços ao mesmo tempo que ampliava seu alcance. Se apropriava das terras, das atividades domésticas inclusive, e até do entretenimento, mas negava seus benefícios a partes cada vez maiores da população: precarizando-as ou transformando-as em marginais.

Com um processo desta profundidade e características, não se pode falar de ordem social. As condições apontam, antes, à desordem, à ruptura, à decomposição, às fraturas. Ou seja, a ordem apela ao autoritarismo, que é o único meio visível para garanti-la.

Ana Esther Ceceña é coordenadora do **Observatorio Latinoamericano de Geopolítica**, Instituto de Investigaciones Económicas, Universidad Nacional Autónoma de México. Integrante do Conselho da ALAI.

A militarização do planeta, incluindo especialmente âmbitos do cotidiano, começou a converter-se na forma geral do processo. A estabilidade do sistema não requeria somente o mercado “livre e aberto” dos neoliberais, mas também uma força que garantisse seu funcionamento. O mercado militarizado, com mãos não somente visíveis como também armadas. Esse foi o caminho do capitalismo formal, reconhecido e, paradoxalmente, “legal”.

Mas as fraturas causadas na sociedade desta forma, como se lhe tivessem aplicado um *fracking*, encontraram uma fuga ou abrigo na gestação de uma sociedade paralela. Uma sociedade que abriu passagem nos resquícios ocultos da outra, mas terminou invadindo-a. Uma sociedade que resgatou a imundice que a hipocrisia da outra negava, e a converteu em negócio, em espaço de acumulação e de poder.

Todos os negócios ilícitos passaram para o lado de lá. Tráfico de armas, produção e tráfico de drogas, tráfico humano, tráfico de espécies valiosas e escassas e uma grande quantidade de variáveis desses que são negócios mais rentáveis, entre outros porque não estão submetidos ao pagamento de impostos, mas que a moral estabelecida se vê obrigada a negar.

E aí começou o jogo de uns contra outros fazendo crescer o negócio de armas e, sobretudo, as práticas de extorsão, chantagem, sequestro ou qualquer uma de suas variantes.

No entanto, a acumulação de capital alimenta-se de ambos. Quem perde é o conjunto dos excluídos: econômicos, sociais, políticos e culturais. Excluídos do negócio, em diferentes graus, ou excluídos do poder.

Aí chegou a generosa oferta para a localização dos jovens. A incorporação à polícia ou ao exército oferecia condições que não se obtinham em nenhum espaço produtivo, além de oferecer um pequeno reconhecimento e um pequeno poder àqueles que haviam sido qualificados como inúteis sociais. Mas também veio a proposta de incorporar-se às filas aparentemente contrárias. Os negociantes de drogas ou empresários de atividades ilegais precisavam também formar seus exércitos de servidores ou de valentões. E essas também têm sido fontes de emprego recorrentes durante as duas ou três últimas décadas, e também geradoras de uma nova cultura: a cultura do mercenário, a do poder arbitrário, a do saque por extorsão.

Enquanto a economia “legal” entrava em crise, a do lado obscuro se multiplicava, acomodando-se em alguns dos mesmos itens da “legal”, apenas com modalidades mais rentáveis.

Um exemplo é a exploração mineira não declarada, na que inclusive se empregam diferentes versões do trabalho escravo. Seja nas minas africanas ou nas do México, com o trabalho forçado de crianças ou adolescentes, inclusive com grupos de sequestrados para tais fins, patrocinados por grupos armados que podem ser do próprio exército ou de mercenários, o produto quase não tem custos porque não se paga aos trabalhadores, não paga impostos porque não se declara e se exporta com a cumplicidade tanto dos



consórcios mineiros e de seus estados de origem, como com a das autoridades locais que recebem uma parte dos ganhos por sua cegueira ou sua proteção.

O capitalismo desdobrado consegue assim não só superar as crises como ainda espoliar duas vezes a população mediante o trabalho escravo ou semiescravo, extorsões de diferentes tipos, expulsão de suas terras, roubo direto de seus pertences e outros semelhantes. A chave: o exercício de uma violência impiedosa.

Nestas circunstâncias, o Estado se transforma em parte do processo e à sociedade se vão impondo condições de guerra no âmbito cotidiano. A violência se instala como disciplinador social e seu exercício se dispersa. No jogo do público-privado os controladores sociais emergem em torno às fontes reais de ganho, legais ou ilegais, e em torno à configuração dos poderes locais acobertados por sua capacidade de impor uma ordem correspondente a estas modalidades de acumulação.

As guerras difusas e assimétricas

As condições de concentração da riqueza e do poder no capitalismo contemporâneo, com sua correlativa precarização crescente de amplos setores da sociedade, têm levado o sistema a uma situação de risco que se manifesta em conflitos e confrontos permanentes de caráter assimétrico, de acordo com a terminologia do Pentágono. Cada vez mais as guerras do mundo contemporâneo se regem pela ideia do inimigo difuso e adotam a figura de guerras preventivas, na maioria das vezes não declaradas.

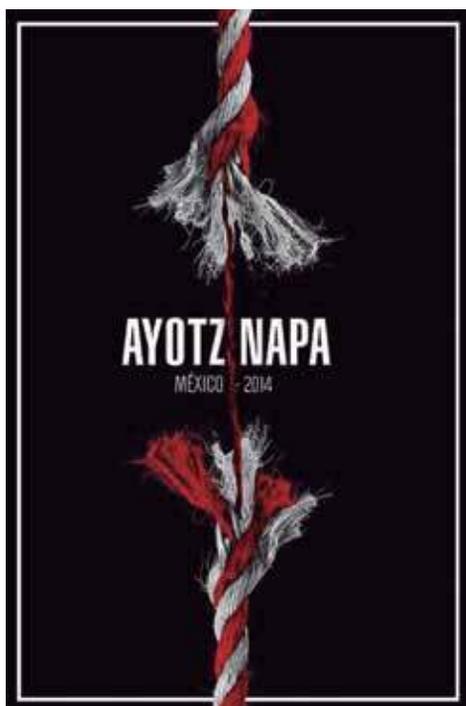
Os operativos de desestabilização e de disciplina, os episódios de violência desatada em pontos específicos e de violência dosificada *in extenso*, são mecanismos idôneos de guerras inespecíficas contra inimigos difusos. São, ao mesmo tempo, o melhor modo de abrir passagem para assegurar o saque dos recursos de muitas regiões do planeta criando uma confusão que dificulta a organização social. O fornecimento controlado de armas e a incitação de situações de violência são os aliados procurados pelo capitalismo de nossos tempos.

Não há guerras declaradas. Não há guerras entre semelhantes. Há corrosões. Uma mancha de violência que vai se espalhando acompanha o capitalismo do início do século XXI. As instituições de disciplina e segurança dos Estados se mostraram insuficientes frente ao altíssimo nível de apropriação-expropriação a que chegou o capitalismo. Estas instituições se multiplicam de forma privada e local tantas vezes quantas seja necessário. Aparecem “estados islâmicos” da mesma forma que “guardas particulares ou “cartéis” ou “gangues” do chamado crime organizado, que protegem e ampliam ou aprofundam as fontes de ganhos, as fontes de acumulação, e que, portanto, são complementárias às figuras institucionais reconhecidas para tais fins. Da mesma forma como as forças do mercado requereram um suporte militarizado, as forças institucionais de disciplina social requerem, dado o nível de apropriação-expropriação, um suporte desinstitucionalizado capaz de exercer um grau e um tipo de violência que modifique os limiares da contenção social. São forças “irregulares” que, como o estado de exceção, chegaram para ficar. Se incorporaram aos dispositivos regulares de funcionamento do sistema.

Ayotzinapa como limite

A Colômbia vivia uma guerra interna quando deu início ao *Plan Colombia* e, apesar da mudança na intensidade da violência exercida e na intromissão direta e evidente dos Estados Unidos na gestão do conflito, talvez a mudança em outras áreas não tenha sido tão visível. O México, ao contrário, era celebrado como símbolo de disciplina na democracia antes da *Iniciativa Mérida*.

Em menos de dez anos, o eixo de disciplina passou das mãos do *Partido Revolucionario Institucional* - PRI - às da violência, tanto do Estado como privadas. A chave esteve nos dispositivos de corrosão que prepararam o terreno e na desproporção com a qual se assentaram os corretivos. A violência existe em



todas as sociedades mas a dimensão e as formas com as quais se introduziram foram impondo novas lógicas sociais. Neste período, a sociedade mexicana teve que se acostumar com decapitações, mutilações, corpos carbonizados, repetidos desaparecimentos, fossas comuns e uma ostentosa cumplicidade das instâncias de segurança e justiça do Estado.

As estimativas confirmam os cem mil desaparecidos e as notícias diárias vão de vinte mortos em diante. O México se converteu no cemitério de pobres e migrantes aos que se extorque, se sequestra para trabalho escravo, se mata com tremenda selvageria para amedrontar e disciplinar aos demais ou se mata massivamente. A relação destas ações com o controle das migrações aos Estados Unidos é apenas especulação, mas não cabe dúvida de que tem dado resultado. O que é evidente é a acumulação de terras, de negócios, de recursos e de poder a que isso dá lugar. Cada vez há mais deslocados e mais desapropriados que não se atrevem sequer a reclamar por medo de represálias e porque além disso não há instâncias de justiça que os amparem.

Em menos de dez anos e depois de muita dor, a sociedade está transformada. Corroída, com sinais claros de balcanização, com o crescimento dos poderes locais que estabelecem

suas próprias regras e que negociam com os poderes federais. O medo se instalou mediante a selvageria explícita e reiterada, embora, de tanto insistir, tenha terminado gerando seu contrário.

Ayotzinapa é o topo da montanha. Em Ayotzinapa se alcançaram todos os limites. Se caçou com total impunidade, com ostentação de força, de cumplicidade total entre o Estado e o crime organizado, ao mais frágil da sociedade: jovens pobres de zonas rurais devastadas, estudantes do magistério, filhos do povo com alegria de viver, com desejos de mudar o mundo, esse que ninguém quer aceitar. Mas, além disso, Ayotzinapa é o topo de uma montanha de injúrias, desamparo e raiva. É a consciência acumulada da ignomínia e da indignidade. É a situação limite que trouxe de volta a energia, a vitalidade, a coragem e a dignidade do povo do México às ruas. “Nos tiraram tanto que até nos tiraram o medo” era um dos primeiros cartazes portados por jovens de todos os lados. Julio César Mondragón, jovem recém ingressado na Escuela Normal de Ayotzinapa, já pai há uns meses e vítima da tortura mais selvagem que presenciamos, foi involuntariamente o detonador, à força de sua dor, da recuperação da força, da esperança e da decisão do povo mexicano, hoje mobilizado como há muito não estava.

Ayotzinapa é um símbolo. É a ponta do iceberg ou uma clivagem.

Ayotzinapa é um símbolo das guerras do século XXI e das novas formas de disciplina social que vêm acompanhando os processos de saque e expropriação em todo o planeta. Em dez anos o México, que não passou pela negra noite das ditaduras na América Latina embora tenha tido uma guerra suja e massacres, foi transformado em uma terra de dor e de fossas comuns. O problema não é “o narco”; o problema é o capitalismo.

Ayotzinapa é um espelho de duas faces: a do caminho do poder é evidente, visível e avassaladora; a do chamado a defender a vida é pálida e discreta, mas com certeza deixará marcas.

*Tradução: Héryka Oliveira (Coletivo Chasqui)

**Revisão: Vitor Taveira (Coletivo Chasqui)

Soberania e governança digital

Sally Burch

Podemos imaginar a vida sem tecnologias digitais? Sem celular, SMS, e-mail e sem redes sociais; com semáforos dessincronizados, computadores em greve, centrais telefônicas colapsadas, congestão nos bancos, satélites desconectados, etc. Faz somente duas décadas que nós desconhecíamos esses inconvenientes e o pesadelo que seria prescindir deles. Agora as tecnologias digitais se transformaram no sistema nervoso central da economia, da informação, da investigação, da política, inclusive dos modos de organização da sociedade e, em boa medida, das formas de inter-relação pessoal.

Cabe, então, nos perguntarmos que implicações poderiam ter essa revolução digital para o nosso futuro, como afetar seu curso e como reduzir a vulnerabilidade que gera essa alta dependência tecnológica.

Por estarem tão imbricadas em nossas vidas, essas tecnologias se tornaram transparentes: frequentemente já nem as percebemos e, justamente por isso, nos preocupamos pouco em considerar os riscos ou os impactos negativos possíveis. Sem dúvida, as denúncias de Edward Snowden sobre espionagem cibernética constituíram um sinal de alerta a respeito dos perigos de um sistema capaz de vigiar todo o mundo o tempo todo. Mas as implicações são muito mais amplas. Deixar “pela sorte” a evolução dessas mudanças significa, na prática, deixar que elas determinem o mercado (mundial) ou outros poderes - por fora dos critérios democráticos ou do interesse público -, fato que afeta a configuração mesma do poder.¹

Os Estados Unidos, super-potência nesse assunto, tem isso claro. Suas grandes corporações dominam quase todas as áreas do fazer digital, desde as infraestruturas bases da rede de redes, passando pelo comércio eletrônico, o mercado publicitário, os buscadores e o armazenamento de dados². Para manter sua posição dominante, o governo estadunidense defende um mercado desregulamentado para suas corporações transnacionais (mas com regulação máxima na proteção da propriedade intelectual), que é impulsionado mediante a negociação de acordos de livre-comércio ou em organismos mundiais como a Organização Mundial de Comércio. Também impulsiona sua supremacia tecnológica, que abarca a capacidade de vigilância e espionagem, a mineração (exploração) de dados e o desenvolvimento de armas cibernéticas, entre outros. E procura manter o controle dos mecanismos de governança globais da Internet.

Na América Latina, embora os responsáveis políticos da região estejam entendendo cada vez mais o alcance dessa revolução digital e a importância de tirar proveito dela, parecem ainda ter pouca capacidade de resposta a respeito de suas implicações no que concerne à redistribuição de poder, ou frente ao risco subjacente de expor os países da região a novas formas de dependência e neocolonialismo. Entre as áreas chave da intervenção estariam a soberania, segurança e governança global.

1 Sobre este tema, ver a revista “Internet, poder y democracia”, *América Latina en Movimiento*, No 494, abril 2014. <http://www.alainet.org/publica/494.phtml>

2 Ver a entrevista com Robert McChesney: “Como desmonopolizar a Internet”, <http://www.alainet.org/active/72995>

Sally Burch é jornalista e integrante do conselho da ALAI.

Soberania e segurança

O cyber espaço deixou de ser simplesmente uma realidade virtual ao se transformar no coração de um sistema supranacional, que constitui uma dimensão nova do planeta, que se agrega ao território, ao subsolo, à atmosfera e ao espaço ultraterrestre. Sua particularidade é ser um espaço ilimitado; embora, como as demais dimensões, possa ser colonizado e objeto de lutas de poder e de domínio. Conseqüentemente, além do seu potencial para o desenvolvimento, ele tem implicações fundamentais para a soberania nacional e regional; não obstante, por esse mesmo caráter supranacional, nenhum país pode exercer essa soberania de maneira isolada.

Esse fato, combinado com a *lógica da convergência* das novas tecnologias (tudo é código binário, então podem passar pelos mesmos canais) implica que a crescente dependência dos sistemas digitais, em quase todos os âmbitos, cria uma *grande vulnerabilidade*, em proporções que nossos países não haviam conhecido antes e que estão mal preparados para enfrentar. Para citar um exemplo, 98% do tráfego do Internet entre América Latina e o resto do mundo, e aproximadamente de 70 a 80% do tráfego interno da região, transita por servidores do EUA para chegar a seu destino. Ou seja, uma mensagem que se envia de Montevidéu a Buenos Aires pode transitar por vários servidores dos EUA no seu caminho. Isso não somente aumenta os custos das comunicações, mas torna sua segurança vulnerável.

A região está apenas acordando para a necessidade de desenvolver a capacidade de soberania tecnológica. A construção em curso do anel ótico sul-americano e o projeto de um cabo subaquático entre Brasil e Europa, são sinais positivos nesse sentido, mas insuficientes.

Entre os assuntos a considerar com urgência está a codificação das mensagens como norma obrigatória para toda a comunicação. O Brasil a contempla em seu Marco Digital, adotado este ano; mas para que seja efetivo é necessário acordos internacionais.³ Uma etapa intermediária, de simples execução, seria estabelecer acordos entre os países para que forcem suas companhias das telecomunicações a codificar as comunicações entre elas. Como ponto de partida, esse marco poderia acordar espaços de integração, como a UNASUL. Além disso, para uma maior segurança, seria aconselhável não depender dos sistemas de codificação desenvolvidos por potências mundiais como os EUA, pelo menos para as comunicações intra-regionais, o que implica desenvolver capacidades próprias.

Também se poderia pensar na instalação de grandes servidores nacionais e/ou regionais para o armazenamento seguro dos dados na nuvem, com legislações apropriadas para proteger a propriedade e a confidencialidade.

Outro aspecto, talvez mais complexo, é a enorme influência cultural exercida pelas companhias transnacionais de comunicação. Seus modelos comerciais e algoritmos determinam, em boa parte, as modalidades das comunicações pessoais e institucionais: o que aparece primeiro nos buscadores, como nós nos relacionamos com os “amigos” e os “seguidores” nas redes sociais, que notícia se destaca na Internet, etc. Embora algumas iniciativas existam para desenvolver plataformas alternativas, não é fácil que funcionem, devido ao fenômeno do “efeito de rede”, onde todos vão ao espaço mais bem sucedido. É possível pensar em desenvolver alternativas próprias em nível regional?

A esses problemas se soma o rastreo permanente do comportamento dos usuários que fazem uso de companhias transnacionais de Internet; a apropriação sem autorização de seus dados pessoais; seu armazenamento, processamento e venda, quando não sua entrega às agências de segurança. Diante disso, é necessário regulamentar certos aspectos de como atuam essas empresas em nossos países.

³ Isto torna-se mais praticável já que diversos organismos internacionais de Internet, incluindo a Internet Society (ISOC), estão levantando isso como necessidade.

Governança global da Internet

Ao se voltar para um universo tão complexo, com tantas ramificações, a governança da Internet já não pode ser encarada somente como uma questão de especialistas de informática. Tem implicações múltiplas para políticas públicas. Vejamos, por exemplo, o caso do poder dos monopólios. O “efeito de rede” da Internet tende a gerar o que os economistas chamam de “monopólios naturais”, que são espaços de concentração de poder. Há muitas décadas que os Estados reconheceram a necessidade de adotar leis que limitam os monopólios privados, ou declarar determinadas áreas estratégicas como os serviços públicos. Não é somente para evitar distorções do mercado, mas porque permitir tais concentrações de poder em um setor estratégico implica um perigo para a democracia mesma: as empresas terminam controlando os Estados. Mas em âmbito global, que organismo pode controlar os monopólios? Neste momento, não existe.

Outro exemplo: a cidadania está exposta, mundialmente, ao roubo e à exploração de seus dados pessoais na nuvem por parte de companhias inescrupulosas ou de agências de segurança. Mas existe um vazio legal para saber que legislação é aplicada para proteger seus direitos: do país onde vive, do país onde o servidor que armazena os dados está localizado, ou no país sede da empresa. Tampouco existe organismo internacional responsável por lidar com essas situações.

Atualmente, nos círculos - ainda estreitos - que se preocupam com a governança da Internet, está sendo travada uma intensa luta mundial de como ela deve se configurar. Está claro que não será viável manter o status quo no futuro, que é o sistema sob a tutela do governo estadunidense. Formalmente, o ICANN (Corporação para a atribuição de nomes e números na Internet, entidade não governamental, criada sob leis estadunidenses) tem sob sua gestão a IANA (Autoridade de Números atribuídos à Internet), que atribui os nomes do domínio e numera o IP, mediante contrato com o Departamento de Comércio dos EUA. Esse contrato vence em 2015 e, de acordo com o que Washington anunciou, será transferido a um organismo multisetorial, que poderia ser a própria ICANN reconfigurada. No que diz respeito às decisões no plano da infraestrutura da Internet, são feitas pela IETF (*Internet Engineering Task Force*), onde participa principalmente o setor privado. Embora o papel desses organismos seja essencialmente o técnico, é sabido que as decisões técnicas implicam às vezes aspectos políticos.

Os EUA defendem o modelo de “governo multisetorial em pé de igualdade” (equal-footing multistakeholderism - onde os governos, o setor privado e a sociedade civil teriam voz e poder igual nas

AMERICA LATINA *en movimiento*

Internet, poder y democracia

No. 494, abril de 2014

Sally Burch, Julian Assange, Michael Gurstein, Robert McChesney, Prabir Purkayastha, Alex Gakuru, Norbert Bollow, Richard Hill, Bia Barbosa y Pedro Ekman.



decisões), o que implica, na prática, que uma corporação privada teria poder de veto sobre qualquer decisão de política pública que a afete. Assim mesmo, rejeita todo sistema multilateral dentro dos marcos das Nações Unidas com o argumento de que a briga entre governos terminaria fracionando ou “balcanizando” a Internet. É um sistema projetado para assegurar a maior impunidade possível das grandes corporações de Internet.

Vários governos não estão no acordo. A China, por exemplo, país que já conta com um quarto dos internautas do mundo, acaba de anunciar que defende sim uma só Internet global, mas afirmando seu direito de poder participar de sua governança. Neste sentido, expressou sua disposição para integrar o Conselho de uma ICANN renovada, sempre e quando essa se dissocie do contrato firmado com o governo dos EUA.⁴

Neste cenário, acaba de surgir um novo espaço: a chamada Iniciativa NetMundial (INM), lançada pelo Fórum Econômico Mundial (FEM), que obteve o endosso da ICANN e do CGI.br (Comitê Gestor da Internet do Brasil). A INM, que se apropriou do nome da reunião multisetorial que o Brasil organizou em abril passado, pretende ser um espaço multisetorial que se opere “desde as bases”, com o objetivo de tratar de questões que os outros organismos existentes não abordam, como “as questões relativas ao uso do Internet (como a liberdade de expressão, da privacidade, do cyber delito, etc.)”⁵. Ou seja, assuntos de política pública.

O convite aos atores da sociedade civil para nomear representantes do Conselho de Coordenação desatou um intenso debate e um divisor de águas nos círculos (ainda que bastante especializados) da sociedade civil que seguem esses assuntos.

A Coalizão por uma Internet Justa e Equitativa (Just Net) emitiu um pronunciamento se posicionando sobre a iniciativa, no qual expressa a preocupação por causa do “assalto neoliberal à democracia” que está ocorrendo na área da governança global, que tem significado o descuido crescente da desigualdade econômica e social, em defesa do interesse dos 1%. Sendo assim, assinala que está claro que esse assalto priorizou a governança da Internet, por muitas razões: “A primeira é que é um território em que os mecanismos e os modelos de governança estão ainda em construção. É evidentemente mais fácil captar os processos e os protocolos de governança onde eles ainda não existem ou que são débeis, do que pressionar contra estruturas e mecanismos pré-existentes. Segundo, na medida em que existe uma autoridade estatal no âmbito da governança da Internet, as rédeas do tecno-governo estão firmemente nas mãos do governo estadunidense, principal aliado e beneficiário da ofensiva neoliberal”⁶.

Ao indicar que esta é “uma conjuntura decisiva para a governança global”, a Just Net apela ao governo do Brasil e às organizações da sociedade civil para repensar o seu apoio a uma iniciativa impulsionada pelo Fórum Econômico Mundial.

Para os países latino-americanos, a abordagem destes temas de soberania, cyber segurança e a participação na governança global da Internet poderia ser muito mais efetiva se fosse feita com políticas alinhadas e atuando como bloco, do que proceder de forma individual. A Unasul, certamente, deu um primeiro passo para a elaboração de uma política de cyber segurança e cyber defesa no Conselho de Defesa. Mas em muitos aspectos esse continua sendo um tema pendente.

*Tradução: João Gabriel Almeida (Coletivo Chasqui)

**Revisão: Adriana Garcia Varandas (PET Letras UFSC/ Coletivo Chasqui)

4 Ver <https://www.youtube.com/watch?v=bhFk-fcuTEM&feature=youtu.be>

5 <https://www.netmundial.org/es/preguntas-frecuentes>

6 <http://justnetcoalition.org/NMI-neoliberal-caravan>

DEMOCRATIZACIÓN DE LA COMUNICACIÓN COMO PARTE DEL DESARROLLO SUSTENTABLE

En mayo de 2014, en Santiago de Chile, con la participación de la Presidenta Michelle Bachelet, la CSA lanzó la **Plataforma de Desarrollo de las Américas – PLADA**. Una formulación política estratégica y un instrumento de lucha de mediano y largo plazo construido colectivamente desde el movimiento sindical junto con otros movimientos sociales aliados.

A través de esta Plataforma, el movimiento sindical de la región pretende presentar su propuesta hacia la superación de los desequilibrios estructurales de América Latina y el Caribe, con especial enfoque en el **desarrollo sustentable**.

Estructurado en cuatro pilares o dimensiones - Político, Económico, Social y Ambiental - constituye nuestra visión sobre el desarrollo sustentable.

En la dimensión política **nos pronunciamos radicalmente contra el latifundio mediático** nacional o transnacional y su ingerencia política mayúscula en el continente.

Defendemos la promoción y profundización de la democracia el fortalecimiento del Estado donde la **Democratización de la comunicación** surge como una estrategia para la ampliación de la participación y el control ciudadano.

Exigimos la creación de políticas públicas contra la concentración de los medios de comunicación y promoción de la mediática. El reconocimiento, promoción y garantías a los medios audiovisuales comunitarios, alternativos e independientes, incluyendo internet como espacios de ejercicio de ciudadanía y desarrollo social.

Y afirmamos que el movimiento sindical junto a otros actores sociales del campo popular debe tener una activa participación en la agenda para la democratización de la comunicación, elemento fundamental para la democratización de nuestros países.

La CSA se dispone, junto a las organizaciones sindicales, sociales y políticas de la región, involucradas en el tema de la democratización de la comunicación a profundizar esta estrategia, como parte de la disputa por una nueva hegemonía en favor de los pueblos de las Américas.



Para mayores informaciones sobre la CSA y la PLADA, favor acceder: www.csa-csi.org

Twitter: @csa_tuca

Facebook: facebook.com/csa.tuca



A disputa pelo Atlântico Sul

Raúl Zibechi

“As garras do cisne” é o título do livro recém publicado por Roberto Lopes, historiador militar formado pelo Centro de Estudos de Defesa Hemisférica da Universidade de Defesa Nacional dos Estados Unidos. Em seu trabalho de quase 500 páginas, solidamente documentado, Lopes detalha a ambição da Marinha do Brasil para a próxima década: passar de um modesto vigésimo lugar no mundo, para o nono, atrás apenas dos Estados Unidos, China, Rússia, França, Inglaterra, Índia, Coreia do Sul e Japão.

Não se trata de uma ambição insensata muito menos desmedida. Supõe um conjunto de inversões nos termos do Plano de Articulação e Equipamento da Marinha do Brasil (PAEMB) que se propõe a adquirir ou construir 61 navios de superfície e 21 submarinos nos próximos 17 anos, numa média de três a quatro incorporações anuais. Poucos sabem mas esse projeto inclui a construção no país de seis submarinos nucleares (o primeiro já está em fase de construção) e 15 submarinos convencionais, dos quais o primeiro será concluído em pouco mais de um ano. Além disso está prevista a construção de dois porta-aviões, com assistência externa, tal como acontece com os submarinos, graças ao acordo firmado com a França em 2008.

Entre os planos estratégicos da Marinha está prevista a construção de uma segunda esquadra que se agregue à que já está ancorada no Rio de Janeiro, que deverá se situar perto da foz do Amazonas para proteger as costas do norte. O rearmamento inclui trinta navios de escolta, dezoito patrulheiros oceânicos e 48 caças de alta performance. Ao que deve somar-se o enorme avanço da indústria aeronáutica que acaba de estreitar o cargueiro militar KC-390, destinado a substituir o mítico Hércules 130 norte-americano, além da assinatura de um acordo com a sueca Saab, que vai permitir à Embraer construir caças de última geração.

Novas armas para novas riquezas

“Brasil pretende pleitear nas Nações Unidas o bloqueio de uma área na Elevação Rio Grande, uma cordilheira submarina no sul do país, a mil quilômetros da costa do Rio de Janeiro” (*Folha de São Paulo*, 10 de fevereiro de 2013). A notícia apareceu na imprensa brasileira dias depois da VII Reunião Ministerial da Zona de Cooperação e Paz do Atlântico Sul (ZOPACAS) porém a mídia não divulgou o evento. Trata-se da aliança criada em 27 de outubro de 1986 por iniciativa do Brasil, com o apoio da Argentina, integrada por 24 países atlânticos, sul-americanos e africanos, que inclui dois países que fazem parte do BRICS (Brasil e África do Sul).

Até agora vinha-se falando sobre os descobrimentos do “pré-sal” (jazidas petrolíferas que ficam abaixo de uma grossa capa de sal) no litoral brasileiro, perto do porto de Santos, como razão para explicar o rearmamento da Marinha. Trata-se de um dos mais importantes descobrimentos de hidrocarbonetos da última década, que a Marinha denomina como “Amazônia Azul”. No entanto, as riquezas no fundo do mar não tinham sido consideradas até bem pouco tempo.

A informação revela que nessa região atlântica, a seis mil metros abaixo da superfície marinha, a CPRM

Raúl Zibechi, jornalista uruguaio, escreve em Brecha e La Jornada e é integrante do Conselho da ALAI.

(Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais) detectou a presença de cobalto, níquel, manganês, fosfato, gás metano e minerais raros. Brasília já enviou cinco expedições à área em que pretende desenvolver atividades comerciais em apenas dez anos, ante os indícios de que embarcações alemãs e russas, e talvez chinesas, estão explorando a mesma área.

O próximo passo é pedir a ISBA (Autoridade Internacional de Fundos Marinhos), o bloqueio de uma área de três mil quilômetros quadrados que, em caso de aprovação, dará ao Brasil 15 anos para pesquisar de maneira exclusiva a área. Roberto Ventura, diretor de geologia e recursos minerais da CPRM afirmou que “quem tenha os mapas e conheça as áreas potenciais e as áreas críticas terá mais chances”, lembrando que as riquezas minerais são finitas e que a exploração dos oceanos será inevitável em um futuro próximo (*Folha de São Paulo*, 10 de fevereiro de 2013).

Rússia e França já têm pedido o bloqueio de uma área próxima à cordilheira de Rio Grande, enquanto barcos chineses que vêm frequentando a mesma área. Por outro lado, nem o Brasil nem os demais países atlânticos do sul contam com barcos apropriados para esse tipo de trabalho de exploração como os têm China, Japão, Rússia e Alemanha. As cinco expedições brasileiras têm sido realizadas com barcos holandeses e japoneses.

Em dezembro de 2010 o Ministério das Relações Exteriores do Brasil organizou uma Mesa Redonda em Brasília com o objetivo de revitalizar a aliança do Atlântico Sul. Identificaram-se áreas para o desenvolvimento de projetos em comum: “Mapear e explorar os fundos marinhos, proteger e preservar os recursos do mar, transporte marítimo e aéreo, segurança portuária, cooperação na defesa e combate a crimes transnacionais” (Ministério das Relações Exteriores, 9 de dezembro de 2010).

O polêmico controle do Atlântico

Em novembro de 2010 celebrou-se a Cúpula de Lisboa da OTAN, que conjeturou o reconhecimento de que a aliança militar se converteu em uma força com vocação de intervenção global. A proposta, liderada pelos Estados Unidos, prevê que os interesses ocidentais podem levar a Aliança, inicialmente circunscrita ao Atlântico Norte, a intervir em qualquer lugar do planeta, segundo estabelece o documento “Strategic Concept For the Defence and Security of The Members of the North Atlantic Treaty Organisation” (www.nato.int/lisbon2010/strategic-concept-2010-eng.pdf)

O Brasil respondeu imediatamente. O Ministro da Defesa, Nelson Jobim, demonstrou sua preocupação com a possibilidade de que a OTAN possa realizar incursões armadas no Atlântico Sul, espaço que ele definiu como “área geoestratégica de interesse vital para Brasil”. O ministro foi claro ao afirmar que é necessário separar as questões do Atlântico Norte das do Atlântico Sul, que demandam “respostas diferenciadas, tanto ou mais eficientes e legítimas quanto menos envolvam a organizações ou Estados alheios à região” (*Defesanet*, 17 de setembro de 2010).

Assegurou também, que as razões pelas quais se criou a OTAN “*deixaram de existir*” já que desapareceu a ameaça que representava a União Soviética. Jobim criticou que a OTAN se converteu em “um instrumento para o avanço dos interesses de seu membro principal, os Estados Unidos”, e de modo direto “a extrema dependência europeia das capacidades militares norteamericanas no seio da OTAN”, o que lhe impede “de constituir-se em uma entidade geopolítica a altura de seu peso econômico”.

No dia 3 de novembro deste ano, na abertura da VII Conferência de Segurança Internacional Forte de Copacabana (Rio de Janeiro), patrocinada pela Fundação Konrad Adenauer da Alemanha, o ministro Jobim disse que o Brasil e a América do Sul não podem aceitar que os Estados Unidos e a OTAN “se arroguem” o direito de intervir em qualquer parte do mundo e, de modo particular, de “cortar a linha” que separa o Atlântico Norte do Atlântico Sul (*Folha de São Paulo*, 4 de novembro de 2010).

Jobim rechaçou a ideia de “soberanias compartilhadas” sobre esta região que controla o Pentágono: “Qual é a soberania que os Estados Unidos querem compartilhar, a deles ou a nossa? Não seremos aliados dos Estados Unidos para que eles mantenham seu papel no mundo” e assegurou que “a política internacional não pode ser definida a partir da perspectiva que convém aos Estados Unidos” (Folha de São Paulo, 4 de novembro de 2010).

É evidente que não se trata de um posicionamento pessoal mas visão compartilhada pelas forças armadas e o governo do então presidente Lula. Nesse momento o Brasil já havia assinado sua aliança estratégica com a França e iniciado o rearmamento do país, o que levou Lopes a considerar que o governo do PT “fez mais pelas forças armadas que nenhum outro” (Defesanet, 30 de agosto de 2014).

Para os estrategistas brasileiros, se trata de impedir que a superpotência consiga criar uma espécie de OTAN do Sul. Guilherme Sandoval Góes, coordenador da Divisão de Assuntos Geopolíticos e Relações Internacionais da Escola Superior de Guerra, afirmou que a ZO-PACAS “tem um importante papel para neutralizar uma possível iniciativa dos Estados Unidos de criar a Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), que consolidaria a hegemonia norte-americana nesta importante região geo-estratégica”¹.

A Escola Superior de Guerra, como centro de pensamento dos militares brasileiros, considera que se trata de evitar a subordinação geopolítica da região sul-americana que é, também, um espaço “vital para o fortalecimento internacional do Brasil”. Se esses passos não tivessem se concretizado, a América do Sul seria apenas objeto da exploração econômica de Washington, sem autonomia política, afirmam os estrategistas militares.

A segurança de cada um desses países passa por evitar que outras potências se façam presentes no Atlântico Sul. Por isso os governos do PT, com diferentes intenções, têm coincidido com a Marinha, e também com a força aérea, na necessidade não só de modernizar as três forças armadas, mas de fazer isso com base na transfêrencia de tecnologia, permitindo a criação de um complexo militar-industrial autônomo como estabelece a Estratégia Nacional da Defesa aprovada em 2008 por Lula.

Um dos núcleos desse desenvolvimento é o complexo naval de Itaguá, no estado do Rio de Janeiro. Trata-se de um conjunto de instalações fabris, de indústria nuclear e estaleiros onde se constroem os submarinos, que Lopes considera “comparável às principais instalações desse gênero nos Estados Unidos, Rússia e China” (Defesanet, 30 de agosto de 2014).



*Tradução: Sérgio Barboza (Coletivo Chasqui)
**Revisão: Vitor Taveira (Coletivo Chasqui)

1 Guilherme Sandoval Góes, “Por onde andar a Grande Estratégia Brasileira?”, Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, julho-dezembro, 2008, p. 60.

Impasses dos governos progressistas

Frei Betto

Na América Latina predominam, hoje, em meados da segunda década do século XXI, governos democráticos populares. A maioria foi eleita por forças de esquerda. Dos chefes de Estado, cinco atuaram como guerrilheiros sob ditaduras: Dilma Rousseff, do Brasil; Raúl Castro, de Cuba; José Mujica, do Uruguai; Daniel Ortega, da Nicarágua e Salvador Sánchez, de El Salvador.

Ora, ser de esquerda não é uma questão emocional ou mera adesão a conceitos formulados por Marx, Lênin ou Trotsky. É uma opção ética, com fundamento racional. Opção que visa favorecer, em primeiro lugar, os marginalizados e excluídos. Portanto, ninguém é de esquerda por se declarar como tal ou por encher a boca de chavões ideológicos, e sim pela práxis que desempenha em relação aos segmentos mais empobrecidos da população.

Na América Latina, os chamados governos democráticos populares reúnem concepções diversas, e perseguem, em tese, projetos de sociedades alternativas ao capitalismo. Transitam contraditoriamente entre políticas públicas voltadas aos segmentos de baixa renda e o sistema capitalista global, regido pelas “mãos invisíveis” do mercado.

Os governos democráticos populares têm produzido, de fato, importantes mudanças para melhorar a qualidade de vida de amplos segmentos sociais. Hoje, 54% da população latino-americana vive em países governados por governos progressistas. Eis um fato inédito na história do continente. Os outros 46%, cerca de 259 milhões de pessoas, vive sob governos de direita, aliados aos EUA e indiferentes ao agravamento da desigualdade social e da violência.

Segundo Bernt Aasen, diretor regional do UNICEF para América Latina e Caribe, entre 2003 e 2011, mais de 70 milhões de pessoas saíram da pobreza no Continente; a taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos foi reduzida em 69% entre 1990 e 2013; a desnutrição crônica entre crianças de 6 meses a 5 anos diminuiu de 12,5 milhões, em 1990, para 6,3 milhões, em 2011; as matrículas no ensino fundamental subiram de 87,6%, em 1991, para 95,3%, em 2011.

No entanto, acrescenta ele, “a nossa região continua a ser a mais desigual do mundo, onde 82 milhões de pessoas vivem com menos de US\$ 2,50 por dia; 21,8 milhões de crianças e adolescentes estão fora da escola ou em risco de abandoná-la; 4 milhões não foram registradas ao nascer e, portanto, não existem oficialmente. [...] E 564 crianças menores de 5 anos morrem diariamente de causas evitáveis” (Cf. *O Globo*, 05/10/2014, p. 19).

Do ponto de vista histórico, é a primeira vez que tantos governos do Continente mantêm distância dos ditames da Casa Branca. E é também a primeira vez que se criam instituições de articulações continentais e regionais (ALBA, CELAC, UNASUR etc.) sem a presença dos EUA. Isso configura uma redução da influência imperialista na América Latina, entendida como predomínio de um Estado sobre o outro.

Frei Betto é escritor, autor de “Calendário do Poder” (Rocco), entre outros livros. Integrante do Conselho da ALAI.

No entanto, outra forma de imperialismo predomina na América Latina: o domínio do capital financeiro, voltado à reprodução e concentração do grande capital, que se apoia no poder de seus países de origem para promover, desde os países-hospedeiros, exportação de capital, mercadorias e tecnologias, e apropriar-se das riquezas naturais e da mais-valia.

Houve um deslocamento da submissão política à submissão econômica. A força de penetração e obtenção de lucros do grande capital não se reduziu com os governos progressistas, apesar de medidas regulatórias e impostos adotados por alguns desses países. Se, de um lado, se avança na implantação de políticas públicas favoráveis aos mais pobres, por outro não se reduz o poder de expansão do grande capital.

Outra diferença entre os governos democráticos populares é que uns ousaram promover mudanças constitucionais, enquanto outros permanecem nos marcos institucionais e constitucionais dos governos neoliberais que os precederam, embora se empenhando em conquistas sociais significativas, como a redução da miséria e da desigualdade social.

As forças de esquerda da América Latina seguem centrando seu foco na ocupação do aparelho de Estado. Lutam para que os segmentos marginalizados e excluídos se incorporem aos marcos regulatórios da cidadania (indígenas, sem-terra, sem-teto, mulheres, catadores de material reciclável etc.). Governos e movimentos sociais se unem, sobretudo em períodos eleitorais, para conter as violentas reações da classe dominante alijada do aparato estatal.

No entanto, é essa classe dominante que mantém o poder econômico. E por mais que os ocupantes do poder político implementem medidas favoráveis aos mais pobres, há uma pedra intransponível no caminho: todo modelo econômico exige um determinado modelo político condizente com seus interesses. A autonomia da esfera política em relação à econômica é sempre limitada.

Essa limitação impõe aos governos democráticos populares um arco de alianças políticas, muitas vezes espúrias, e com os setores que, dentro do país, representam o grande capital nacional e internacional, que corrói os princípios e os objetivos das forças de esquerda no poder. E o que é mais grave: essa esquerda não logra reduzir a hegemonia ideológica da direita, que exerce amplo controle sobre a mídia e o sistema simbólico da cultura predominante.

Enquanto os governos democráticos populares se sentem permanentemente acuados pelas ofensivas desestabilizadoras da direita, acusando-a de tentativa de golpe, esta se sente segura por estar



respaldada pela grande mídia nacional e global, e pela incapacidade de a esquerda criar mídias alternativas suficientemente atrativas para conquistar corações e mentes da opinião pública.

O modelo econômico predominante, gerenciado pelo grande capital e adotado pelos governos progressistas, visa aproveitar as vantagens da “globalização” para exportar commodities e riquezas naturais, a fim de fazer caixa para financiar, através de políticas públicas, o consumo dos segmentos excluídos pela dívida social.

Ainda que adotem uma retórica progressista, os governos democráticos populares não logram prescindir do capital transnacional que lhes assegura suporte financeiro, novas tecnologias e acesso aos mercados. E, para isso, o Estado deve participar como forte investidor dos interesses do capital privado, seja pela facilitação de créditos, seja pela desoneração de tributos e adoção de parcerias público-privadas. Este é o modelo de desenvolvimento pós-neoliberal predominante hoje na América Latina.

Esse processo exportador-extorsivo inclui recursos energéticos, hídricos, minerais e agropecuários, com progressiva devastação da biodiversidade e do equilíbrio ambiental, e a entrega da terra aos monocultivos anabolizados por agrotóxicos e transgênicos. O Estado investe em ampla construção de infraestrutura para favorecer o escoamento de bens naturais mercantilizados, cujo faturamento em divisas estrangeiras raramente retorna ao país. Uma grande parcela dessa fortuna se aloja em paraísos fiscais.

Eis a contradição desse modelo neodesenvolvimentista que, no frigar dos ovos, anula as diferenças estruturais entre os governos de esquerda e de direita. Pois adotar tal modelo é aceitar tacitamente a hegemonia capitalista, ainda que sob o pretexto de mudanças “graduais”, “realismo” ou “humanização” do capitalismo. De fato, é mera retórica de quem se rende ao modelo capitalista.

Se os governos democráticos populares pretendem reduzir o poder do grande capital, não há outra via senão a intensa mobilização dos movimentos sociais, uma vez que, na atual conjuntura, a via revolucionária está descartada e, aliás, só interessaria a dois setores: extrema-direita e fabricantes de armas.

Porém, se o que se pretende é assegurar o desempenho do grande capital, então os governos progressistas terão que se adequar para, cada vez mais, cooptar, controlar ou criminalizar e reprimir os movimentos sociais. Toda tentativa de equilíbrio entre os dois polos é, de fato, contrair núpcias com o capital e, ao mesmo tempo, flertar com os movimentos sociais no intento de apenas seduzi-los e neutralizá-los.

Como os governos democráticos populares tratam os segmentos da população beneficiados pelas políticas sociais? É inegável que o nível de exclusão e miséria causado pelo neoliberalismo exige medidas urgentes que não fogem do mero assistencialismo. Porém, tal assistencialismo se restringe ao acesso a benefícios pessoais (bônus financeiro, escola, atendimento médico, crédito facilitado, desoneração de produtos básicos etc.), sem que haja complementação com processos pedagógicos de formação e organização políticas. Criam-se, assim, redutos eleitorais, sem adesão a um projeto político alternativo ao capitalismo. Dão-se benefícios sem suscitar esperança. Promove-se o acesso ao consumo, sem propiciar o surgimento de novos protagonistas sociais e políticos. E o que é mais grave: sem perceber que, no bojo do atual sistema consumista, cujas mercadorias recicláveis estão impregnadas de fetiche que valorizam o consumidor e não o cidadão, o capitalismo pós-neoliberal introduz “valores” - como a competitividade e a mercantilização de todos os aspectos da vida e da natureza -, reforçando o individualismo e o conservadorismo.

O símbolo dessa modalidade pós-neoliberal de consumismo é o telefone celular. Ele traz em seu bojo a falsa ideia de democratização pelo consumo e de incorporação à classe média. Assim, segmentos excluídos se sentem menos ameaçados quando acreditam que está ao alcance deles, mais facilmente, atualizar o modelo do celular do que obter saneamento onde moram. O celular é a senha para se sentir incluído no mercado... E sabemos todos que as formas de existência social condicionam o nível de cons-

ciência. Ou, em outras palavras, a cabeça pensa onde os pés pisam (ou imaginam que pisam).

Nossos governos progressistas, em suas múltiplas contradições, criticam o capitalismo financeiro e, ao mesmo tempo, promovem a bancarização dos segmentos mais pobres, através de cartões de acesso ao benefício monetário, a pensões e salários, e da facilidade de crédito, apesar da dificuldade de se arcar com os juros e a quitação das dívidas.

Em suma, o modelo neodesenvolvimentista monitorado pela esquerda se empenha em fazer da América Latina um oásis de estabilidade do capitalismo em crise. E não consegue fugir da equação que associa qualidade de vida e crescimento econômico segundo a lógica do capital. Enquanto não se socializa culturalmente a proposta indígena do *bem viver*, para a grande maioria *viver bem* será sempre sinônimo de *viver melhor* em termos materiais.

O grande perigo em tudo isso é fortalecer, no imaginário social, a ideia de que o capitalismo é perene (“A história acabou”, proclamou Francis Fukuyama), e que sem ele não pode haver processo verdadeiramente democrático e civilizatório. O que significa demonizar e excluir, ainda que pela força, todos que não aceitam essa “obviedade”, então considerados terroristas, inimigos da democracia, subversivos ou fundamentalistas.

Essa lógica é reforçada quando, em campanhas eleitorais, os candidatos de esquerda acenam, enfaticamente, com a confiança do mercado, a atração de investimentos estrangeiros, a garantia de que os empresários e banqueiros terão maiores ganhos etc.

Por um século a lógica da esquerda latino-americana jamais se deparou com a ideia de superar o capitalismo por etapas. Este é um dado novo, que exige muita análise para se implementar políticas que impeçam que os atuais processos democráticos populares sejam revertidos pelo grande capital e por seus representantes políticos de direita.

Este desafio não pode depender apenas dos governos. Ele se estende aos movimentos sociais e aos partidos progressistas que, o quanto antes, precisam atuar como “intelectuais orgânicos”, socializando o debate sobre avanços e contradições, dificuldades e propostas, de modo a alargar sempre mais o imaginário centrado na libertação do povo e na conquista de um modelo de sociedade pós-capitalista verdadeiramente emancipatório.

*Revisão: Adriana Varandas (Coletivo Chasqui)



www.integracion-lac.info

O que as eleições do Brasil confirmam e desmentem?

Emir Sader

Olhadas a posteriori, as eleições no Brasil parecem eleições de trâmite, nas quais pela quarta vez consecutiva a direita é derrotada pela esquerda, o partido de Fernando Henrique Cardoso pelo partido de Lula. Seria lógico, dado que o governo neoliberal de Fernando Henrique fracassou e os governos de Lula e Dilma Rousseff tiveram sucesso. O país mais desigual do continente mais desigual teve transformações sociais gigantescas, que melhoraram substancialmente, como nunca antes na história brasileira, a situação das massas populares.

Tanto é que o voto popular se direcionou massivamente à candidata que representa a continuidade dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), Dilma Rousseff. No Nordeste, antes região mais miserável do país e que agora é a que mais tem avançado, a votação de Dilma sempre esteve acima dos 70%. O mesmo acontece nas camadas mais pobres da população brasileira por todo o país.

Eleições disputadas

Entretanto, as eleições que pareciam ser de prognóstico mais facilmente vitorioso para o PT, se transformaram nas mais disputadas. O que aconteceu para que isso ocorresse?

Por um lado, as eleições de 2014 no Brasil confirmaram que a polarização central de nossa época se dá entre o neoliberalismo e o antineoliberalismo. Enquanto a candidatura de Dilma representava o aprofundamento das teses do pós-neoliberalismo- prioridade às políticas sociais, integração regional, assim como o resgate do papel ativo do Estado- as candidaturas da oposição, tanto a de Aécio Neves como a de Marina Silva, defenderam abertamente as teses centrais do neoliberalismo. Assim como as candidaturas de extrema esquerda voltaram a não ter expressão nestas eleições, ainda que algumas delas, pela primeira vez, apoiaram a candidata do PT no segundo turno. Assim, a vitória de Dilma representa, mais uma vez, a derrota do neoliberalismo no Brasil.

Mas se as comparações entre os governos do PT e do PSDB de Fernando Henrique são tão amplamente favoráveis aos primeiros- ao ponto de que se previa uma vitória de Dilma no primeiro turno, quando o avião do candidato opositor, Eduardo Campos, caiu de forma suspeitosa, mudando os termos da disputa- como a vitória de Dilma se deu por uma margem tão estreita?

A ditadura dos meios

Muito além das circunstâncias concretas, este resultado se deu porque os maiores méritos do governo do PT foram suas políticas sociais, enquanto sua maior debilidade foi não haver democratizado os meios de comunicação. E pagou um preço alto por esta debilidade, a ponto de quase perder as eleições.

Há muito tempo que os meios de comunicação - no Brasil e nos outros países da América Latina - cumprem o papel de partidos de oposição. Isso foi confirmado na campanha presidencial de 2010, quando Judith Brito, ex-presidenta da Associação Nacional dos Jornais (ANJ) e diretora da Folha de São Paulo,

Emir Sader, sociólogo e cientista político brasileiro, é coordenador do Laboratórios de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) e integrante do Conselho da ALAI.

confessou: “Como os partidos de oposição são débeis, nós somos o verdadeiro partido de oposição”.

Mas o governo de Dilma Rousseff não levou isso devidamente em conta e seguiu numa política suicida que não avançou em nada na democratização dos meios de comunicação. E sofreu, durante todo seu mandato, uma sistemática campanha terrorista por parte dos meios de comunicação.

A ação de desestabilização dos meios de comunicação teve dois eixos: o terrorismo econômico e as falsas denúncias sobre corrupção. O primeiro se baseou em falsas versões sobre a situação econômica. Ainda que seja verdade que sob o influxo da recessão internacional e das tendências especulativas predominantes dos grandes empresários nacionais a economia diminuiu seus níveis de crescimento, também é verdade que isso não afetou os índices sociais mais importantes.

Ainda nesse panorama geral de baixo crescimento da economia, o Brasil mantém uma taxa de desemprego que se pode caracterizar como pleno emprego: menos de 5%. Ao mesmo tempo, os salários sempre aumentaram acima da inflação, e a inflação sempre esteve por baixo da meta: ao redor de 6% ao ano.

Entretanto, expressões com “descontrole inflacionário” se proliferaram o tempo todo nos meios de comunicação, criando uma falsa sensação de subida dos preços acima do poder aquisitivo dos salários. Vale lembrar que Fernando Henrique deixou para Lula uma inflação de 12,5%, mais que o dobro, sem que isso tenha sido questionado por esses meios.

Este tipo de terrorismo econômico, de divulgar sistematicamente um pessimismo sobre o momento econômico, ainda que isso se choque com a realidade, ganhou força concreta, ao ponto de fazer com que o governo voltasse a subir as taxas de juros, preocupado com os efeitos negativos que a inflação poderia ter no apoio ao governo.

Mas para demonstrar como este tipo de informação infundada só pode se proliferar numa situação de falta de democracia nos meios de comunicação, bastou o início do horário eleitoral, em que o governo tinha um bom espaço para expressar seus pontos de vista, para que este tipo de terrorismo econômico desaparecesse. Uma pesquisa de um jornal de oposição teve que revelar que a grande maioria das pessoas, incluindo aquelas que votam na oposição, acredita que a situação econômica é boa e que vão seguir melhorando, que a inflação está sob controle, que os salários vão seguir aumentando e que o nível de emprego seguirá melhorando ainda mais.

Porém, as campanhas de acusação ao governo e ao PT de corrupção, sistemáticas desde 2005, tiveram efeitos nos setores da população mais influenciados pelos meios de comunicação. Se no nordeste do Brasil, região mais pobre, que mais avançou, não teve efeito, o mesmo não aconteceu nas cidades do sul do país.

Este tipo de ação foi potencializado pelas atitudes de órgãos de imprensa que atuaram efetivamente como partidos. Quando na última semana do segundo turno não havia dúvida da vitória de Dilma, a revista mais vendida do país, *Veja*, antecipou para quinta-feira a edição que deveria circular na segunda-feira seguintes às eleições na qual divulgou por todas as partes sua capa, em que dizia que Lula e Dilma sabiam dos casos de corrupção da Petrobras. Tudo isso acompanhado por todo tipo de mentiras pela internet, como um último e desesperado esforço. Ainda com a publicação do desmentido do governo e um pronunciamento duro de Dilma contra esta operação, sim houve efeitos de última hora sobre os segmentos do eleitorado que ainda estavam indecisos. As pesquisas davam uma vantagem de seis pontos percentuais para Dilma, que diminuiu para 3,5%.

A quarta vitória

Tudo isso não impediu que ocorresse a quarta vitória consecutiva do PT desde 2002. Muito além das cir-

cunståncias, é um fenômeno revelador. O Brasil, que viveu a ditadura militar mais importante da região, que se converteu no principal aliado dos EUA na área- seja na ditadura ou durante os governos neoliberais dos anos 90-, conseguiu sair desta situação para desempenhar um papel importante na construção de alternativas ao neoliberalismo.

O país, caracterizado por uma profunda desigualdade, conseguiu implementar o mais longo processo de democratização de sua história. Projetou ao mundo a liderança de Lula como dirigente latino-americano de dimensão mundial na luta contra a fome e por um mundo multipolar.

O quarto mandato, entretanto, não será simples, não só pela pequena diferença eleitoral alcançada em relação ao candidato opositor, mas também pelo tipo de frente opositora que se construiu na campanha eleitoral e que segue atuando como tal. Uma frente que tem os grandes meios privados de comunicação como seu eixo fundamental e que está articulada com setores do Poder Judiciário e da Polícia Federal, com os partidos da direita brasileira e com setores de um Congresso mais conservador que o anterior, eleito com financiamentos empresariais.

Pela primeira vez, um candidato a presidente do Brasil ganha as eleições “contra o mercado”. O grande empresariado brasileiro sempre preferiu os candidatos da oposição, mas se deu conta de que podia conviver com o PT, que além de tudo se havia mostrado mais apto para fazer com que a economia do país voltasse a crescer. Mas desta vez, a quase totalidade do grande empresariado fez campanha, de forma unificada, pelos candidatos da oposição: Aécio Neves, Eduardo Campos e Marina Silva.

Os empresários têm demonstrado que não estão de acordo com o modelo de desenvolvimento econômico com distribuição de renda. Preferem a especulação financeira, os paraísos fiscais, a produção de mercadorias de luxo para as altas esferas de consumo e a soja para exportação.

Por outro lado, o Poder Judiciário segue atuando contra o governo e, como já assinalamos, há um congresso mais conservador. Se por um lado Dilma tem que avançar- especialmente contra o capital especulativo, pela democratização dos meios de comunicação, pelo financiamento público das campanhas eleitorais-, por outro lado, tem uma correlação de forças desfavorável.

O segundo governo de Dilma precisa enfrentar estes desafios e o paradoxo de avançar em meio a obstáculos de peso. Conta com o apoio dos movimentos populares, da esquerda unificada, como ficou claro no segundo turno, quando estes setores foram determinantes.

*Tradução: Vitor Taveira (Coletivo Chasqui)

**Revisão: Kassia Marques (Coletivo Chasqui)

www.alainet.org

- realidade regional actualizada diariamente
- dinâmicas sociales
- noticias, opinión y análisis
- más de 79 mil documentos clasificados
- búsquedas por tema, autor, fecha, país, palabra

AMERICA LATINA em movimento online

Ayude a sostener este sitio DONACIONES

O direito às cidades e a nova agenda global

O Centro-este Camun

Compromissos e a necessária busca do tempo perdido

A nova regra da direita

Intervenção e não: A esquerda tem futuro?

Alternativas antipatriarcais

Irene Leon

Reivindicações políticas inovadoras estão em auge na América Latina, e muitas delas propõem mudanças estruturais que alguns países estão procurando realizar. Trata-se de reivindicações complexas, que buscam redefinir presente e futuro a partir de um pensamento próprio, procurando colocar em perspectiva a superação do capitalismo e, cada vez mais, do patriarcado.

Fala-se de enfoques integrais, com horizontes de mudança que implicam em outros modos de gerir a vida, a partir de novas visões de inter-relação e sustentabilidade.

Nesse contexto, postulam-se propostas de desmantelamento das relações de poder patriarcal, como um elemento imprescindível para que os processos de mudança ou de revolução possam ser assim chamados.

E, de fato, é nos países onde estão em curso as refundações do Estado que se abriu a possibilidade de colocar a agenda antipatriarcal em execução, possibilitando sua inserção nas estratégias de transformação e delineamento de políticas e planos.

O exemplo mais marcante é o do desenvolvimento de uma perspectiva de despatriarcalização no Estado Plurinacional da Bolívia e a consequente criação de uma nova instituição para sua realização, com uma visão que não apenas se une à perspectiva de descolonização como também procura delinear seus conteúdos dentro do caráter plurinacional do Estado e, portanto, uma multiplicidade de conteúdos interculturais.

No Equador, a adoção do *Buen Vivir* como um caminho para a mudança abriu possibilidades para pensar um Estado sem patriarcado, a partir de uma perspectiva ampliada da vida - e não mais do capital - que inclui amplas definições da diversidade, as quais se estendem ao modo de produção, a economia e outros. O reconhecimento constitucional da economia do cuidado figura dentre essas definições e inaugura reais possibilidades de subverter a imobilidade da divisão sexual do trabalho. De imediato, as políticas e medidas para reconhecer o valor do trabalho doméstico não remunerado que exercem, majoritariamente, as mulheres são um exemplo.

Na Venezuela, a identidade feminista do socialismo, proposta por Hugo Chávez, coloca a possibilidade de pensar os conteúdos feministas para o conjunto das definições do processo. Isto é, tanto no novo modo de gestão definido pela construção do poder popular como em suas novas expressões comunitárias e territoriais.

As reivindicações antipatriarcais estão presentes em vários países da região, ostensivamente no Brasil, mas o ponto de destaque dos países em processo de refundação do Estado e em transição para o socialismo é a possibilidade de sustentá-lo dentro dessa escala e a partir de perspectivas de mudanças que envolvem rupturas como o capitalismo e com outros sistemas de dominação inter-relacionados como o colonialismo e o imperialismo.

Algumas iniciativas nesse sentido se constroem também no cenário regional. Um exemplo são aquelas

Irene Leon é socióloga equatoriana. Integrante do Conselho da ALAI

que tem sido impulsionadas pelas Ministras de Defesa da ALBA, que buscam redefinir os conceitos de defesa e segurança e tem contribuído substancialmente para a definição da América Latina e do Caribe como territórios de paz, o que figura agora na agenda da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos - CELAC - e outras instâncias integradoras.

Algumas reivindicações antipatriarcais

Sem dúvida alguma, há muito por fazer para subverter as relações de poder patriarcal, vertebralmente incrustadas em todas essas sociedades há alguns séculos. Porém, pensar a partir da viabilidade de ações concretas e colocar o desafio de erradicar o patriarcado é um processo histórico sem precedentes.

Além disso, se as mudanças de alcance civilizatório, enunciadas pelo *Buen Vivir/ Vivir Bien* ou Socialismo do século XXI, envolvem processos de longa duração, estes se efetuam graças a uma ebulição de grandes e pequenas transformações cotidianas, que revolucionaram os sentidos e orientações dominantes, desde ângulos diferentes.

Assim, se os conceitos antipatriarcais não são novos, pois foram conceitualizados pelo feminismo marxista dos séculos XIX e XX, o que é novo é a amplitude que a reivindicação e os enfoques nacionais ganharam e que produzem novos conteúdos e se articulam junto ao emaranhado processual das mudanças.

Trata-se de dismantelar o patriarcado, em suas ramificações econômicas, políticas, sexuais e sociais, em sua multiplicidade de manifestações das relações de poder, as quais resultam dos modos de sobreposição entre este e diferentes visões de mundo, culturas, momentos históricos.

Ou seja, aborda-se o patriarcado como um sistema histórico, interconectado estruturalmente com o capitalismo, que se coloca nas relações de poder entre os gêneros e as reproduz, segundo tempos e contextos, que não são idênticos nem simultâneos em todas as partes.

É esse “sentido do momento histórico” que abre espaços certos para o entendimento de suas dinâmicas e para as já mencionadas ações transformadoras. São perspectivas estratégicas e políticas distintas daquelas que argumentam em favor de uma universalidade anti-histórica e determinista, sob o pressuposto de que a opressão das mulheres está e esteve presente de modo homogêneo, em todas as partes e sempre, subestima seus universos cognitivos, criativos e sociopolíticos e valoriza os referentes à “independência” liberal.

Os novos caminhos políticos e teóricos que se inauguram com o *Buen Vivir/Vivir Bien* enunciam possibilidades para pensar de outro modo as contribuições teóricas das mulheres, por exemplo, o desenvolvimento de conhecimentos, agora associados à sustentabilidade e a soberania.

Nesse sentido, as definições de soberania alimentar, com suas estratégias de produção local, a autossustentabilidade e, em pequena escala, ilustram a visibilidade histórica dos modos de produção, desenvolvidos principalmente pelas mulheres, em um contexto mundial contemporâneo, propõem uma alternativa de vida, frente à mercantilização da alimentação imposta pelas empresas multinacionais.

Em síntese, as reivindicações estão sobre a mesa. O desafio é encará-las desde perspectivas estratégicas e disputar sentidos tanto com o patriarcado como com as correntes liberais relacionadas, que propõem uma via única para a emancipação. O fundamental é que estão sendo colocados conteúdos antipatriarcais em contextos propícios para a transformação e isso não pode ser desperdiçado, sob nenhum pretexto.

*Tradução: Bethania Santos Pereira (Coletivo Chasqui)

**Revisão: Vitor Taveira

Desafios organizativos

João Pedro Stedile

Em diversos espaços de intercâmbio e reflexão entre nossos movimentos, ao analisar o período que estamos vivendo, coincidimos na leitura de que assistimos ao ocaso do capitalismo industrial - e das construções sociais que surgiram com ele - diante da hegemonia que foi estabelecida pelo capital financeiro e especulativo, com um transfundo marcado pela crise estrutural que tem a dimensão financeira em primeiro plano, mas com repercussões em outros planos, já que é sistêmica.

Com esta transformação, o que temos é uma ofensiva do capital, nacional e internacional, que busca se apropriar de todos os bens da natureza (biodiversidade, terra, água, oxigênio, etc), principalmente por meio da mineração, das usinas hidrelétricas e nucleares, que causam graves problemas como a devastação dos biomas, a mudança climática, deslocamentos, etc; mas que também afetam diretamente a soberania dos países e dos povos.

Nesta dinâmica que se insere a crise climática expressa em secas, inundações, furacões, incêndios, falta d'água e uma infinidade de problemas que estão alterando as condições de vida em nosso planeta, cujas vítimas principais são os mais pobres, cerca de 3 bilhões de pessoas no mundo. E concomitantemente está a crise energética, em que a atual matriz energética baseada nos combustíveis fósseis praticamente colapsou.

Além disso, temos uma crise alimentar devido a que os alimentos, fonte de nossa vida e reprodução humana, foram mercantilizados, padronizados, dominados por somente 50 empresas transnacionais do mundo. A consequência é que há novecentos milhões de famintos no planeta e a segurança alimentar de todos os povos do mundo está ameaçada.

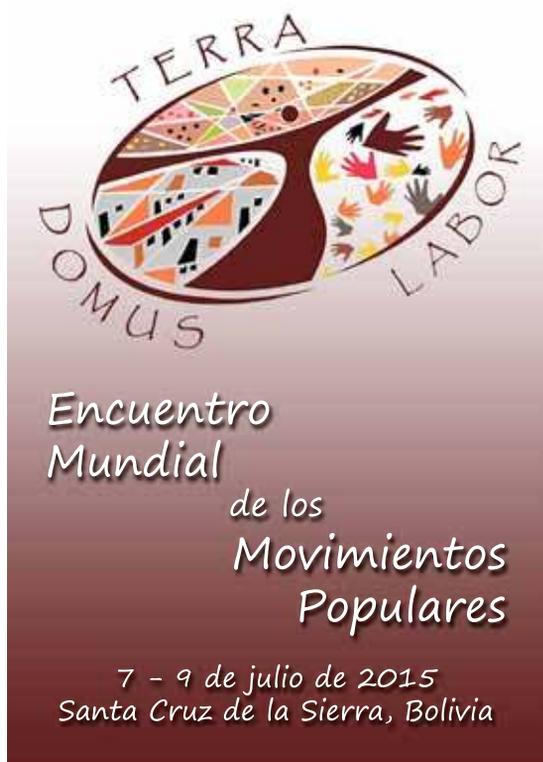
Nesta ordem de coisas, também assistimos a uma maior precarização do trabalho, ao mesmo tempo em que se cortam os direitos dos trabalhadores. Tanto é assim que na maioria dos países o desemprego aumenta a cada ano, sobretudo entre os jovens, ao ponto de que em alguns países o desemprego juvenil alcança 50%.

Em geral se trata de uma dinâmica marcada por uma crescente concentração da propriedade da terra, da riqueza, da cidade, dos meios de comunicação e da política, numa minoria de capitalistas, que não passa de 1% da população mundial: 737 corporações, 80% do setor financeiro e 147 empresas transnacionais. Enquanto 70% da população mundial tem apenas 2,9% da riqueza.

Não podemos esquecer que os Estados Unidos e seus aliados do G-8, Organização Mundial do Comércio, controlam a economia mundial com o poder do dólar, mediante os tratados de livre comércio (TLC's). Assim como impõem seus interesses à humanidade por meio da maquinaria de guerra e do controle dos meios de comunicação.

E na medida em que o poder corporativo a nível mundial controla a economia e os governos, já que estes podem ter suas reuniões para simplesmente não dizer nada, se registra um deterioro da democracia e das formalidades de representação, pois deixam de responder aos interesses cidadãos. Isso se registra tanto nos organismos internacionais, como na maioria dos países em que, ainda que se mantenham as eleições, o povo não tem direito de participação efetiva no poder político. E em geral as políticas pú-

João Pedro Stedile é membro da Coordenação Nacional do MST e da Via Campesina Brasil. Integrante do Conselho da ALAI.



blicas não priorizam as necessidades dos mais pobres, ou se restringem a políticas compensatórias que não buscam resolver os problemas pela raiz.

Por outra parte, as guerras em curso são estúpidas e inaceitáveis, pois se traduzem na perda de milhões de vidas inocentes, apenas para atender aos interesses econômicos, energéticos, geopolíticos dos países imperiais, que muitas vezes utilizam falsos motivos étnicos, religiosos ou de “combate ao terrorismo”.

Neste cenário é chave o controle monopólico dos meios de comunicação para obter não só lucros, mas também o controle ideológico das mentes da população. Por estes meios se promove e amplifica uma cultura mercantilizada, de defesa dos falsos valores do consumismo, do egoísmo e do individualismo.

E vale lembrar que também entra em jogo o fato de que a academia e a ciência foram manipuladas e utilizadas somente para aumentar a produtividade e a ganância do capital, e não para estar a serviço das necessidades dos povos.

A necessidade de nos articular

Para encarar esta realidade é preciso reconhecer primeiramente que estamos diante de uma crise de projetos alternativos, o que dificulta a construção de processos unitários e programas orientados a modificar a correlação de forças. Ou seja, as organizações populares infelizmente ainda estão enfraquecidas, com muitas dificuldades em suas ações, pois nos encontramos num período histórico de refluxo do movimento de massas.

Em termos gerais, as lutas sociais ainda estão na fase de “protestos” e não na construção de um projeto de sociedade que envolva os trabalhadores e os movimentos sociais, que tenha como base a solidariedade, a igualdade e, especialmente, a justiça, ponto chave, pois sem justiça não há futuro.

Nesse sentido, destacamos o Encontro Mundial de Movimentos Populares (EMMP), realizado em Roma e no Vaticano (de 27 a 29 de outubro de 2014), com o auspício do Papa Francisco¹, na medida em que foi uma experiência bem sucedida que mais uma vez evidenciou a necessidade de nos manter-nos organizados e articulados para avançar na unidade dos trabalhadores em todo o mundo, mas com um senso de autonomia a respeito dos Estados-governos, partidos, igrejas e instituições afins, sem que isso implique abster-se de estabelecer relações e espaços de diálogo.

Por isso mesmo, decidimos seguir aglutinando os mais amplos e distintos setores organizados ao redor das lutas pela terra e pela soberania alimentar, pela habitação e direitos humanos nas cidades, pelos direitos de todos trabalhadores e trabalhadoras, pelo fim das guerras genocidas e pelo direito à soberania dos povos, pelos direitos da natureza e do meio ambiente.

Claro que isso deve nos levar a afinar uma plataforma a partir dos acordos feitos na Declaração Final do EMPP, que assinala: *“deve-se buscar na natureza inequitativa e depredadora do sistema capitalista*

1 [Este encuentro de Movimientos Populares es un gran signo - Papa Francisco \[2014-10-28\]](#)

que põe o lucro acima do ser o humano, a raiz das mazelas sociais e ambientais. O enorme poder das empresas transnacionais que pretendem devorar tudo e privatizar tudo - mercadorias, serviços, pensamento - são o primeiro violino dessa destruição”²

Nesse sentido, o desafio passa pela construção de um projeto alternativo ao capitalismo com uma ampla convergência de forças dos diversos setores sociais a nível mundial. Isso implica, certamente, uma elaboração teórica que permita aprofundar o entendimento da realidade vigente, mas em consonância com as lutas sociais, pois somente estas constroem e alteram a correlação de forças na sociedade; e a organicidade entre os lutadores do povo.

Em nosso entendimento, isso nos remete à importância do trabalho de base e da formação como processos permanentes em que se conjuga a relação prática-teoria-prática, que se nutrem mutuamente. Desse modo, não há espaço para o ativismo sem reflexão do que fazemos, como tampouco para uma teoria distante das lutas e práticas cotidianas. Ao final, as mudanças que queremos não dependem de nossa vontade pessoal e sim de nossa capacidade como classe trabalhadora para nos organizar, lutar e disputar. Daí que assumimos o compromisso de construir escolas de formação política para elevar o nível de consciência de nossas bases.

Outro eixo fundamental para nossas organizações e para a articulação internacional tem a ver com o desafio de enfrentamos diante do poder midiático que se converteu no articulador político dos poderes estabelecidos, diante do desgaste dos partidos políticos e, portanto, no esteio da formação ideológica de nossas sociedades com as ideias dos poderes hegemônicos.

Vale dizer que enfrentamos um poder midiático altamente concentrado que a nível global e nos espaços nacionais busca controlar as ideias e os desejos da opinião pública, pela qual exerce uma repressão ideológica virtual contra qualquer luta social. É por isso que nossa luta por uma verdadeira democracia, em que o povo realmente possa participar ativamente na definição de seu destino, reivindicamos, em primeiro lugar, a democratização dos meios de comunicação.

Nesse sentido nos cabe a tarefa propiciar e potencializar nossos próprios meios de comunicação e conectá-los em rede, ao mesmo tempo em que articulamos com os meios alternativos e populares e a luta pela democratização da comunicação para disputar a hegemonia comunicacional e cultural.

Tradução: Vitor Taveira (Coletivo Chasqui)
Revisão: Kassia Marques (Coletivo Chasqui)

EL BIEN COMÚN DE LA HUMANIDAD
Una iniciativa del Foro Mundial de Alternativas (FMA),
escrita por su vicepresidente: François Houtart.

El bien común de la humanidad
FRANÇOIS HOUTART

DISPONIBLE EN LIBRO Y FORMATO DIGITAL

Se necesitan cambios de paradigmas para permitir una simbiosis entre los seres humanos y la naturaleza; un acceso de todos a los bienes y servicios, una participación de cada sujeto individual y colectivo a los procesos organizativos sociales y políticos, y la posibilidad de expresiones culturales y éticas propias, para realizar el bien común de la humanidad.

DESCÁRGALO DE editorial.iaen.edu.ec

EDITORIAL IAEN
www.iaen.edu.ec
@iamedu

Teléfono 023829900 Dirección Amozones y Vilalengua (Quito) e-mail editorial@iaen.edu.ec

A mudança climática vista do sul

Eduardo Tamayo G.

Diversos perigos ameaçam a humanidade, mas dois deles são decisivos e estão longe de resolverem-se: a guerra nuclear e a mudança climática, como destacado por Fidel Castro¹. O pesadelo nuclear não terminou com o fim da “guerra fria” na qual as duas super potências (os Estados Unidos e a URSS) se enfrentaram, os países novos (Israel, Índia, Paquistão, Coreia do Norte) que se uniram ao “clube” dos poderosos países possuidores das armas nucleares (os Estados Unidos, a Rússia, o Reino Unido, o França e a China). Pouco a pouco, o estoque tem crescido até alcançar o número de 20.000 projéteis nucleares. O emprego de apenas uma centena destes seria o suficiente para criar um inverno nuclear que provocaria, em um lapso breve, uma morte espantosa de todos os seres humanos que habitam o planeta².

Não menos mortífero, mas a um prazo mais longo, se apresenta a mudança climática pela acumulação de gases de efeito estufa (GEE)³ que já está causando os sérios estragos em todos os continentes. Em 2013, a concentração do dióxido de carbono (CO₂), um dos principais gases do efeito estufa, já ultrapassou a fronteira das 400 partes por milhão, quando em 1900 a concentração era de 300 partes por milhão⁴.

Se as emissões de GEE continuarem à taxa atual, e não se tomarem medidas urgentes para tentar conter esta situação, a capacidade da terra de absorver os GEE terá se esgotado dentro dos próximos cinquenta anos, e se apresentaria o temido aumento da temperatura em dois graus (ou mais), que causaria danos generalizados e graves, com um aumento dos fenômenos meteorológicos extremos⁵.

O pesadelo já chegou

Já se sentem os impactos da mudança climática em todo o planeta, mas afetam mais às regiões e aos países mais pobres. O excesso das chuvas ou de secas extremas, o derretimento das geleiras dos polos e dos nevados, a acidificação dos oceanos, o aumento dos níveis e da temperatura dos oceanos, mares e rios, fortes inundações, furacões e incêndios incontroláveis, são alguns dos fenômenos que estão aparecendo e têm consequências na saúde, na alimentação, na economia, no habitat e na vida de milhões de pessoas.

“As projeções apontam que a mudança climática fará com que aumentem os riscos conectados ao clima já existentes e se gerem novos riscos para os sistemas naturais e humanos”, indica um relatório do Gru-

1 Fidel Castro, El derecho de la humanidad a existir, Instituto Cubano del Libro, Havana, 2012, p. 56

2 Ibid, P. 57

3 Os gases do efeito estufa são compostos do dióxido de carbono (CO₂), metano, vapor de água, óxido nitroso, clorofluorcarbonos, hexafluoretos meteorológico de enxofre que esse produto um efeito estufa natural, que permite que a água no mundo não congele. A acumulação destes gases como produto das atividades humanas como a combustão dos derivados do petróleo, desmatamento, manipulação inadequada dos resíduos, entre outros, esta elevando a temperatura do planeta, dando origem ao caos ambiental. (O Telégrafo, Equador, 1-04-2012)

4 Fander Falconí, Cambio climático y activos tóxicos, América Latina en Movimiento N° 498, Quito, setembro 2014.

5 Martín Khor, Mensajes del fin del mundo, Agenda global, Instituto del Tercer Mundo, Montevideo, 14-11-2014

Eduardo Tamayo G. é jornalista e integrante do Conselho da ALAI.

CIUDADES DE LA GENTE 1
CASAS DE INFINITAS PRIVACIONES
¿Germen de ciudades para todos?

Estudiantes interculturales en la Universidad
Un relato colectivo desde Ecuador

SUMAK KAWSAY,
ORGANIZACIÓN COMUNITARIA Y EMPRENDIMIENTO PRODUCTIVO
El caso de San Pablo Urku, Cayambe
César Pérez de León

Av. 12 de Octubre N24-22 y Wilson
 Bloque A.
 Universidad Politécnica Salesiana

Tel: (593-2) 2 506 267
 (593-2) 3 962 800. ext. 2638

e-mails: editorial@abyayala.org
ventasinternacionales@abyayala.org

Web: www.abyayala.org
 Quito - Ecuador

ABYA YALA | UNIVERSIDAD POLITÉCNICA SALESIANA

po de Trabalho II ao Quinto Relatório da Avaliação de Grupo Intergovernamental de Peritos em Mudança Climática⁶, documento que põe ênfase nos seguintes aspectos:

- Problemas relacionados ao acesso à água doce, especialmente para as populações que se sofrem com inundações fluviais.
- A extinção de espécies dos ecossistemas terrestres devido à modificação de seus habitats.
- A mortalidade arbórea e a deterioração florestal devido ao aumento das temperaturas e das secas.
- s insulares dos estados situados à altura baixa terão que confrontar impactos muito fortes por efeitos da elevação do nível do mar.
- O aumento da temperatura em 2 graus afetará a produção das culturas de trigo, arroz e milho nas regiões tropicais e moderadas, pondo em risco a segurança alimentar de populações inteiras.
- As zonas urbanas serão afetadas por precipitações extremas, pelas inundações, pela contaminação do ar, pelas secas e pela falta da água.
- O campo enfrentará conflitos pelo abastecimento de água, pela segurança alimentar e pela diminuição da renda agrícola.
- Aumentará o deslocamento de pessoas. De acordo com um relatório elaborado por sete universidades europeias, os desabrigados por causas de mudança climática chegam a 25 milhões - mais do que

⁶ IPCC, 2014: *Mudança climática 2014: Impactos, adaptação e vulnerabilidade*, Organização Meteorológica Mundial, Genebra, Suíça.

o dobro dos refugiados políticos - e podem chegar a ser 200 milhões em 2050⁷.

- Indiretamente a mudança climática será a causa de conflitos violentos. O relatório não menciona mas diversos dos conflitos armados e violentos atuais são relacionados às disputas pela água.

Principalmente, são os países industrializados os maiores responsáveis pela emissão de gases de efeito estufa. Os Estados Unidos encabeçam a lista dos maiores contaminadores (com 22.2%), seguida por China (18.4%), a União Europeia (11.4%), Rússia, Índia, Japão, Alemanha, Canadá, Reino Unido, Coreia do Sul, Itália, que em conjunto significam mais de 70% do total. Os países de América Latina e do Caribe emitem um total de 11%⁸.

Se tomarmos em conta, não obstante, o consumo per capita de petróleo que um estadunidense consome, em média 25 barris de petróleo anuais, um europeu 11, um chinês menos de 2 e um latino-americano e caribenho menos de um.

Embora às vezes não se queira reconhecer, a mudança climática tem muito a ver com o modelo capitalista de acumulação material e infinita de bens, que põe ênfase no consumo ilimitado e irracional de mercadorias desnecessárias, nocivas e descartáveis, que produzem uma alta quantidade de desperdícios e contaminam o ar, os rios, os lagos e mares; um modelo que concentra a riqueza e o poder em poucas pessoas e corporações (assentadas principalmente nos países do norte) enquanto centenas de milhões de pessoas se debatem na pobreza, carecem de alimentação apropriada ou são desabrigadas pelas inundações, secas, desabamentos ou furacões.

Muitas das situações sérias que o mundo vive atualmente por causa da mudança climática talvez fossem menos dramáticas se os países - especialmente os maiores contaminadores- houvessem cumprido os compromissos adquiridos no marco das Nações Unidas. Durante a Conferência do Rio em 1992, se aprovou a Convenção Marco das Nações Unidas sobre a Mudança Climática na qual os países assumiram compromissos para reduzir as emissões de efeito estufa e para proteger o sistema climático em benefício das gerações atuais e futuras, sobre a base da equidade e de acordo com **suas responsabilidades comuns mas diferenciadas e suas respectivas capacidades**. (Os negritos são nossos).

Da mesma forma, em 1997 assinou-se o protocolo de Kioto, em que os 38 países mais industrializados do mundo assumiram de maneira legalmente obrigatória o compromisso de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em uma porcentagem de um 5%, dentro do período que vai 2008 a 2012, em comparação às emissões em 1990. Os Estados Unidos, que, com a 5% da população mundial emite 25% do dióxido de carbono, nunca assinou o protocolo de Kioto. Este mal exemplo, foi seguido a partir de 2011 pelo Canadá, pelo Japão e pela Federação Russa que se recusaram a assinar o segundo período de compromissos do protocolo de Kioto de 2013 a 2020 estabelecido na Conferência de Mudança Climática realizada em Doha (COP 18).

Diversos países industrializados não cumpriram o compromisso para reduzir as emissões de efeito estufa, mas além disso começaram com uma campanha em Durban e em Doha para diluir o princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas, que deram luz verde aos projetos da captação e do armazenamento do carbono baseados em mecanismos de mercado, e criaram o chamado Fundo Verde para o Clima que deveria contribuir com 100.000 milhões dólares até 2020 para a luta contra o aquecimento global nos países em desenvolvimento, e do qual foi coletado menos de 10.000 milhões de dólares que resultam visivelmente insuficientes.

Os países industrializados em vez de introduzir mudanças drásticas a seus padrões de vida e consumo insustentáveis (que são a causa principal da mudança climática), estimulam o que se denominou falsas soluções para a mudança climática que combinam mercados do carbono, produção dos biocombustíveis,

7 Xavier Tamayo, *Cambio climático y capitalismo* (26-09-2014), América Latina en Movimiento <http://alainet.org/active/77486>

8 Victor Mendoza Andrade, *Contencioso del cambio climático*, El Telégrafo, Equador, 7-10-2014

AGRICULTURAS CAMPESINAS EN LATINOAMÉRICA: PROPUESTAS Y DESAFÍOS

Editado por

François Houtart, Francisco Hidalgo F.
y Pilar Lizárraga A.



Un profundo análisis sobre cómo el fortalecimiento del mundo campesino-indígena y la agricultura abre una esperanza ante el deterioro ambiental y la debacle alimentaria.

DESCÁRGALO DE editorial.iaen.edu.ec

EDITORIAL IAEN
www.iaen.edu.ec
@iamuniversidad @iamedu
Teléfono 023829900 Dirección Amazonas y Villalengua (Quito) e-mail editorial@iaen.edu.ec



François Houtart
**Palestina del siglo primero
y el actor socio-religioso: Jesús**

En América Latina, el despertar de la Teología de la Liberación, después de tantos años de silencio impuesto, lleva una nueva esperanza. Se trata de una teología vinculada con los esfuerzos de liberación de los pueblos, de los indígenas, de los campesinos, de los obreros del continente. Este modesto ensayo quiere ser una herramienta para todos quienes quieren construir un mundo más cerca de los valores de la justicia y del amor que anunció Jesús en su tierra; y, que dos milenios después, está siendo destruida por la guerra, el *apartheid* y la discriminación.

Adquirla en el IAEN, las principales librerías
o haga sus pedidos a nuestras direcciones



Trece Ediciones
La Isla N27-96 y Cuba
Teléfonos: 2 320 1091 - 2 252 6718
tallergraficohuella@gmail.com



Librería del IAEN
Av. Amazonas N37-271
y Villalengua, esq. Planta baja.
www.iaen.edu.ec
editorial@iaen.edu.ec



Fundación Pueblo Indio del Ecuador
Ruiz de Castilla N26-92 y Sosaya
Teléfono: 2 320 0968
fpie@fundacionpuebloindio.org

monoculturas e o geoenharia (manipulação artificial do clima na escala planetária) isso, de acordo com o pesquisadora Silvia Ribeiro, envolveria riscos enormes principalmente para os países do sul global.⁹

Novo acordo

Na Conferência das Partes (COP20) antecipada para os primeiros dias de dezembro de 2014 em Lima se pretende avançar na elaboração de um esboço de um novo acordo global de mudança climática que entrara em vigência em 2020 e que deverá ser aprovado na COP 21 a ser realizada em Paris em 2015.

Um elemento que torna as negociações climáticas mais complexas é o anúncio comum da redução de GEE dos Estados Unidos e da China (que representam 45% das emissões). Os Estados Unidos preveem uma redução 26 a 28% em 2025 em comparação com os níveis de 2005, enquanto a China prevê um pico em suas emissões de gases de efeito estufa em torno de 2030. Uma primeira pergunta que se levanta é onde está e para que servem as negociações multilaterais nas Nações Unidas e o estabelecimento de metas globais? Uma segunda pergunta é se os objetivos propostos pelas duas superpotências são realmente históricos e significativos, como se anunciaram. De acordo com o analista Maxime Combes, os Estados Unidos estabeleceram suas orientações das emissões com base no nível de 2005, ano com as maiores emissões da história dos Estados Unidos, com os quase 7.200 Mt CO₂e (milhões de toneladas de carbono equivalente), que, em comparação com os níveis de 1990 - o ano usado como ponto de referência internacional - os objetivos da União Europeia são mais do que modestos, já que são equivalentes a uma redução anual de -0.43%¹⁰.

9 Silvia Ribeiro, Injusticia climática y geingeniería, América Latina en Movimiento N° 498, Quito, Setembro 2014.

10 Maxime Combes, *Clima: es histórico el anuncio de Estados Unidos y China? É histórico o anúncio dos Estados Unidos e da China?* Em Realidad, NO, 2014-11-17, <http://alainet.org/active/78819>

Dias antes deste anúncio, os Estados levaram a cabo de 20 a 25 de outubro de 2014, em Bonn, Alemanha, as sessões do Grupo de Trabalho da Plataforma de Durban, que se encontra sob a Convenção Marco de Mudança Climática das Nações Unidas, e que permitem ver quais são os pontos de discrepância entre o Norte e o Sul, em preparação para a reunião de Lima.

Os países em desenvolvimento sustentaram que se devem abordar de maneira equilibrada e compreensiva os seis elementos identificados para as negociações: mitigação, adaptação, financiamento, transferência de tecnologia, construção das capacidades e transparência de ação e apoio. Indicaram que este deve ser o eixo central no novo Acordo que se pretende alcançar em Paris em 2015 no COP21. Reiteraram que isto se deve fazer em um processo aberto, transparente e o inclusivo, que seja dirigido pelos próprios Estados em um espaço multilateral no qual se desenvolva um processo de construção de consensos. Não concordam com a ênfase sobre a mitigação que pretendem os países desenvolvidos.

Em relação aos objetivos da mitigação, os países em desenvolvimento indicaram que era fundamental manter o enfoque de “cima para baixo”, que implica a distribuição do orçamento global das emissões¹¹ entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos, deve basear-se nos princípios de equidade e de responsabilidades comuns mas diferenciadas. Indicaram que se deve estabelecer um limite às emissões de gases do efeito estufa, incluindo as emissões históricas e futuras. Os países com maior responsabilidade histórica, grande marca ecológica, maiores capacidades e maior nível de desenvolvimento, terão uma menor participação no orçamento das emissões. Se deve reconhecer, disseram, que os países em desenvolvimento ainda devem alcançar o desenvolvimento sustentável e as metas de erradicação da pobreza.

Um outro assunto fundamental é esse do financiamento, com igual importância tanto para a mitigação quanto para a adaptação. De acordo com a Convenção de Mudança Climática, os países desenvolvidos devem assumir sua responsabilidade em fornecer financiamento para a adaptação aos efeitos adversos da mudança climática que afetam os países em desenvolvimento. Os países desenvolvidos tentam evadir sua responsabilidade no assunto do financiamento, pelo qual se deve estabelecer uma clara relação entre financiamento e os mecanismos requeridos para atender as necessidades de adaptação, da transferência de tecnologia e da construção das capacidades que requerem os países em desenvolvimento.

Os países em desenvolvimento enfatizaram que os compromissos de financiamento devem ser legalmente vinculantes dentro do Acordo, e não como pretendem até agora diversos países desenvolvidos que estão incluídos somente na Declaração Política da COP. Os países em desenvolvimento expressaram que se requer um plano de ação claro no assunto do financiamento, que inclua metas, cronogramas e fontes, ressaltando que estas devem ser de fontes públicas, e complementarmente do setor privado. Diversos países desenvolvidos indicaram que não seria possível assumir compromissos financeiros dos quantificáveis.

Os países em desenvolvimento enfatizaram nas sessões precedentes à COP 20 em Lima, que é fundamental reafirmar que para o Acordo de 2015, não sejam redefinidos os princípios e conteúdos da Convenção de Mudança Climática, assim os países desenvolvidos devem respeitar e cumprir estes princípios, e mais ainda fortalecer sua implementação. (Com a colaboração da Helga Serrano Narváez).

*Tradução: Caróu Oliveira (Coletivo Chasqui)

**Revisão: Vitor Taveira (Coletivo Chasqui)

11 “Os cientistas do IPCC pela primeira vez calcularam um limite superior para ter uma probabilidade de 66% de manter o aumento da temperatura abaixo de 2 °C. Para não exceder este limite, não se poderá emitir mais de 1.000 giga toneladas (Gt) de dióxido de carbono no total. Já se emitiram 531Gt, que é mais da metade do orçamento global. Para comparação: As reservas verificadas de fontes de energia fóssil (carvão, petróleo e gás) no mundo produzirão 3.000 Gt de dióxido de carbono. Por consequência lógica resulta que se deveria deixar no solo mais de 80% destas reservas conhecidas para evitar uma catástrofe climática”. Dirk Hoffman, AR5 - *el nuevo informe climático de Naciones Unidas*, http://cambioclimatico-bolivia.org/pdf/cc-20131007-AR5_el_nu.pdf

A juventude, presente e futuro para a salvação do planeta

Julio Fermín

Durante muito tempo, era lugar comum afirmar que “a juventude é o futuro”. No entanto, atualmente alguns afirmam que este futuro já chegou.

A realidade é que ambas as versões estão certas, já que nos dias de hoje há mais jovens de 10 a 24 anos do que nunca na história da humanidade, segundo o recente informe do estado da população mundial 2014, elaborado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

A juventude é o presente, porque já são 1.800 milhão de jovens em todo o mundo. Mas também são o futuro porque uma parte deles e delas já estão definindo e dirigindo de posições de liderança nosso futuro em todo o planeta. Em algumas regiões do mundo, está aumentando o número de jovens, assim como sua proporção sobre o total da população. Esse número cresce com maior rapidez nos países mais pobres. Em alguns, mais de uma em cada três pessoas é jovem.

Uma visão panorâmica mundial

Hoje a população mundial é de 7.300 milhões de pessoas. Em 1950 os jovens eram 721 milhões de um total de 2.500 bilhões. Em meados deste século os jovens serão dois bilhões, segundo a Divisão de População do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas. A humanidade segue sendo jovem. A maior parte das pessoas ainda não completou os 30 anos.

Oitenta e nove por cento da população mundial, quase nove de cada dez jovens, vive atualmente em países pobres, onde existem sérios obstáculos para seu desenvolvimento e para que atinjam seu pleno potencial. Os jovens constituem menos de um quarto da população mundial. Essa faixa etária representa 32 % da população nos países menos desenvolvidos (uma categoria das Nações Unidas constituída por 33 países da África Subsaariana, oito da Ásia, seis da Oceania e o Haiti no Caribe). Nos países mais desenvolvidos essa cifra se situa em 17 %.

Os países com maior quantidade de adolescentes e jovens são a Índia (356 milhões), China (269), Indonésia (67), Estados Unidos (65), Paquistão (59), Nigéria (57), Brasil (51) e Bangladesh (48). No entanto, nos países menos desenvolvidos do mundo, a percentagem de população jovem alcançou seu pico em 2010 e já tem começado sua redução.

Julio Fermín é Coordenador Geral da Equipe de Formação, Informação e Publicações (EFIP) da Venezuela. Consultor de entidades públicas e privadas para as questões Juventude e Políticas Públicas. Integrante do conselho da ALAI.

O mundo em transição demográfica: bônus ou hipoteca?

Essa realidade demográfica é transitória. Surgiu quando as taxas de natalidade e mortalidade começaram a diminuir, reduzindo também as pessoas dependentes de uma sociedade, como o são idosos e crianças. Esta conjuntura pode vir a se tornar um “bônus demográfico” ou a uma hipoteca social de grandes proporções, se não se atenderem as consequências das desigualdades sociais do nosso mundo.

O bônus demográfico é o potencial de crescimento econômico que pode produzir-se como resultado das mudanças que se registram na estrutura das idades de uma população, sobretudo quando a proporção da população em idade ativa (de 15 a 64 anos) é maior que a da população que não se encontra em idade ativa.

A força de trabalho aumenta proporcionalmente. O bônus se produz quando se invertem recursos para o desenvolvimento econômico e o gasto social em saúde e educação de maior qualidade. Isto incide no crescimento econômico e pode iniciar um processo dinâmico e benéfico para alcançar melhor qualidade de vida da população e um desenvolvimento sustentável.

Com o aumento da população e posterior diminuição de pessoas dependentes se produz para um país uma oportunidade única na história, a de gerar crescimento econômico e estabilidade. Para tal fim são necessárias inversões dirigidas a desenvolver a capacidade institucional, melhorar o capital humano, adotar modelos econômicos que favoreçam as perspectivas de emprego, e promover a inclusão social e o predomínio dos direitos humanos. Por sua vez, existe a possibilidade de que se potencie nas próximas gerações os líderes sociais, políticos e econômicos.

No entanto, a realidade é que muitos dos países que atualmente contam com as maiores porcentagens de jovens são alguns dos mais pobres do mundo. A falta de trabalho significativo para os jovens está gerando frustração, instabilidade social e os empurra a migração.



E devido a sua idade boa parte dos jovens não são precisamente os responsáveis dos obstáculos existentes para o seu desenvolvimento. Na maioria dos países os jovens enfrentam a violência e estão em uma incessante busca por oportunidades que lhes tragam um trabalho digno. Não conseguem ter acesso a escola em condições adequadas ou a serviços de saúde que levem em conta suas necessidades, principalmente no que se refere a serviços de saúde sexual e planificação familiar.

Falta uma maior atenção aos jovens. Eles não são levados em conta em relação ao todo. Eles têm direitos humanos inerentes que devem ser respeitados. É uma tendência de alguns governos não saber o que fazer com os jovens. Basta avaliar o a estrutura institucional que atende a juventude. Acaba que é cru-

cial que se concretizem políticas públicas que tenham os jovens como protagonistas, já que do contrário estaremos colocando em risco não só os jovens mas também a economia e a sociedade como um todo.

A situação dos jovens na América Latina e no resto do mundo

Em relação à América Latina os dados indicam que a totalidade de seus jovens representam a importante cifra de 150 milhões, segundo a Enquete Latino Americana da Juventude 2013. Essa região do mundo está bem no meio da conjuntura favorável ao que favorece o denominado “bônus demográfico”.

Contudo, a realidade é parecida ao que ocorre no resto do mundo. Os trabalhadores jovens que se inseriram no mercado de trabalho na última década não tinham ainda o ensino médio completo, e ainda padecem de piores condições de trabalho.

Além disso, os jovens latino americanos têm que enfrentar desafios e incertezas em áreas como educação, família, empregos, violência e saúde completamente diferentes das problemáticas enfrentadas por seus pais e avós.

Desemprego Juvenil

Na última década os jovens vêm sofrendo maior grau de exclusão e precariedade em relação aos adultos. Não há suficientes postos de trabalho para cobrir necessidades de empregos e ingressos satisfatórios. A maioria dos postos de trabalho encontram-se no setor informal e muitos deles costumam ser arriscados ou mesmo perigosos. O desemprego juvenil chegou a se 2,7 vezes maior que o desemprego nas faixas etárias maiores segundo a CEPAL, tanto em 1990 como em 2005, uma característica estrutural do mercado de trabalho na América Latina. Para o ano de 2013 existem no mundo 73,4 milhões de jovens desempregados entre os 15 e os 24 anos (aproximadamente 36 % dos 202 milhões de desempregados totais). A Organização Mundial do Trabalho diagnosticou em 2013 que “a crise mundial do emprego entre os jovens” está piorando.

Os jovens excluídos e sofrendo de baixa qualidade educacional

Milhões não ainda não estão escolarizados, e se estão, nem sequer alcançam os objetivos mínimos de aprendizagem. Suas perspectivas de emprego são, no geral, péssimas. As escolas e universidades não podem satisfazer a demanda total de educação. Em 2011, a nível mundial existiam 57 milhões de crianças que frequentaram a escola primária durante pelo menos quatro anos, mas que nunca chegaram a atingir os níveis mínimos de aprendizagem.

Deve-se prestar atenção especialmente aos jovens que não trabalham nem estudam. Segundo a base de dados ILOstat, agora em 2014, em 18 de 60 países a proporção de jovens entre 15 e 24 anos que não estuda nem trabalha supera os 20%.

Os jovens pobres estão excluídos das tecnologias digitais e, portanto, estão em desvantagem nas áreas de informação e a outras formas de construir redes de contatos. Em 2012, 30 % dos jovens de 15 a 24 anos de todo o mundo eram considerados nativos digitais, isto é, têm cinco anos ou mais de experiência on-line. Isto é desigual em todo o mundo. Na Noruega 90% da população têm acesso a Internet, enquanto que apenas 10% na África Subsaariana, segundo a União Internacional de Telecomunicações.

Desigualdade de gêneros entre os jovens

Um estudo da Organização Internacional do Trabalho em 10 países mostrou que os jovens do sexo masculino têm vantagens sobre os jovens do sexo feminino na transição ao mercado de trabalho. Nesses 10

países os homens têm mais probabilidade que as mulheres jovens de obter um emprego estável e no setor formal.

Os jovens são os que mais estão migrando

Segundo as Nações Unidas, os migrantes jovens internacionais constituíram mais de 12% do total de 232 milhões de migrantes internacionais em 2013. A busca por emprego e meios de vida digna provocam a migração, e a busca por segurança e uma vida livre de violência e discriminação são os fatores do fluxo migratório de refugiados. A esperança de obter uma boa educação é outro incentivo a migração. Entre 2000 e 2010 os estudantes matriculados em Universidades fora de seu país natal, aumentaram de dois milhões para 3,6 milhões, segundo a Divisão de População do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas.

A saúde em crise

Os serviços de saúde tornam-se insuficientes e deficientes. Não chegam aos jovens e adolescentes as informações nem os serviços de saúde sexual e reprodutiva para evitar uma gravidez indesejada.

O acesso aos anticoncepcionais é limitado. As complicações durante a gravidez e no parto seguem sendo a segunda causa de mortalidade entre as jovens entre 15 e 19 anos e os riscos de morte aumentam com proporção de jovens na população geral. A principal causa de mortalidade entre as adolescentes em todo o mundo é o suicídio, segundo a Organização Mundial da Saúde. O HIV é segunda maior causa de mortalidade entre os adolescentes e está aumentando, segundo a mesma OMS.

A juventude no epicentro da violência

Segundo um estudo de Patton e outros, existe uma forte correlação entre a população jovem e a baixa expectativa de vida aos 15 anos. Segundo alguns cálculos, em 2012 morreram 1,3 milhões de adolescentes (jovens entre 10 e 19 anos); 97% dessas mortes registraram-se em países de rendas baixas e médias e dois terços repartiram-se entre a África Subsaariana e o sudoeste da Ásia.

Patton e outros indicam que a principal causa de mortalidade e lesões dos jovens do sexo masculino é a violência, derivada de conflitos civis. E isto diz respeito em Honduras, onde a taxa de assassinatos é a mais elevada do mundo, 90/100.000 pessoas por ano. Certamente essa é uma das causas mais importantes de migração de crianças e adolescentes sozinhos para os Estados Unidos, segundo a Oficina das Nações Unidas Contra as Drogas e o Delito.

As propostas para as políticas públicas da juventude

Ao final de 2015, limite dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a juventude tem que passar a ocupar o centro da agenda para o desenvolvimento. Essa agenda deve ressaltar a importância da juventude para o desenvolvimento sustentável em termos sociais, econômicos e ambientais. E além disso, seu rol ético fundamental na preservação da espécie humana e a salvação do planeta, partindo de um maior reconhecimento de seus direitos, e favorecendo o empoderamento para enfrentar suas vidas e direcionalidade da economia e da sociedade.

Segundo os órgãos das Nações Unidas, para que se produza um bônus demográfico, é fundamental: aumentar a inversão no capital humano dos jovens; aumentar o acesso aos métodos anticoncepcionais; aumentar as oportunidades de empregos; melhorar o acesso aos sistemas financeiros. Isso pode permitir para a próxima geração, objetivos de desenvolvimento sustentável, que permitam crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos; conseguir um

ensino primário e secundário inclusivo, igual e de qualidade; acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todas as partes; garantir uma vida saudável promover o bem estar para todos.

A participação e protagonismo da juventude, ponto chave

No entanto, o elemento chave é a participação e o protagonismo da juventude em todos os esforços dirigidos a melhora de sua qualidade de vida, que assumam funções de liderança e realizem contribuições que sirvam de base para as decisões que se tomem a nível nacional e internacional. Um jovem que tenha 10 anos em 2015 será um adulto de 25 em 2030, ano em que se almeja alcançar os novos objetivos mundiais de desenvolvimento sustentável.

Aquiles Nazoa, escritor venezuelano em seu “Elogio incondicional a juventude” diz que os jovens são a encarnação das energias de que dispõe a natureza e que dispõe a história para renovar-se. Sua missão é violentar, mudar mediante a luta aquilo que se nega a mudar, a deslocar-se, a ceder de bom grado ao avanço do tempo. A juventude é a saúde da história e o nervo vital da espécie. Lidera todos os conflitos sociais em cada época, como um agente de purificação do tempo.

Contudo, Nazoa também aponta que o jovem deve estar em atitude discrepante constantemente, porque está permanentemente encontrando-se com o contraste vergonhoso entre o que lhe dizem, entre o que lhe ensinam, entre o que lhe exaltam como modo de vida ideal, e o que na experiência vai encontrando em cada passo seu pelo mundo.

Os jovens têm vários desafios nesse processo. Um deles é que, cada vez mais, lhes corresponderá assumir responsabilidades de liderança tanto na economia e na sociedade, quanto nos governos em todo o mundo. A este respeito terão que decidir, os jovens, como abordar uma realidade que lhes é própria, já não como beneficiários ou usuários, e sim como agentes das políticas da juventude.

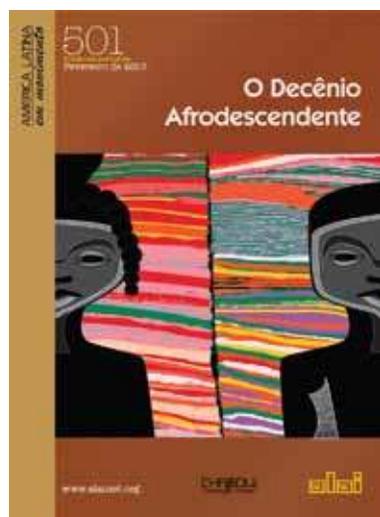
*Tradução: Sergio Barboza (Coletivo Chasqui)

**Revisão: Sarah Fernantes (PET Letras UFSC e Coletivo Chasqui)

AMERICA LATINA *em movimento*

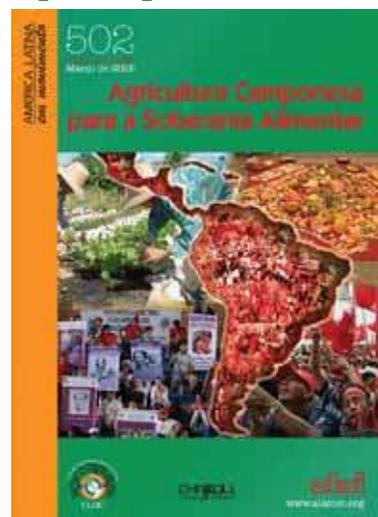
O Decênio Afrodescendente

No. 501
Edição em
português,
Fevereiro 2015



Agricultura Camponesa para a Soberania Alimentar

No. 502
Edição em
português,
Março de 2015





AMERICA LATINA *en movimiento*

revista mensual

ACTUALIDAD Y PENSAMIENTO LATINOAMERICANO

- Realidad Regional
- Procesos Sociales
- Problemáticas Contemporáneas

Un esfuerzo conjunto de analistas y pensadores destacados, organizaciones sociales y ciudadanas, escritores y comunicadores comprometidos con las causas sociales.

Fuente de información imprescindible para líderes de opinión, dirigentes sociales, activistas políticos, centros de estudios y formación, periodistas y medios de comunicación, organismos de desarrollo...

¡SUSCRIBETE!

Tu aporte garantiza la continuidad y calidad de nuestra labor informativa
info@alainet.org • www.alainet.org/revista_phtml